

Adelcio Machado dos Santos

PSICANÁLISE

mentores, paradigmas e construtos



Adelcio Machado dos Santos

PSICANÁLISE

mentores, paradigmas e construtos



2025 by Atena Editora

Copyright © 2025 Atena Editora

Copyright do texto © 2025, o autor

Copyright da edição © 2025, Atena Editora

Os direitos desta edição foram cedidos à Atena Editora pelo autor.

Open access publication by Atena Editora

Editora chefe

Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira Scheffer

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Yago Raphael Massuqueto Rocha



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob a Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo desta obra, em sua forma, correção e confiabilidade, é de responsabilidade exclusiva dos autores. As opiniões e ideias aqui expressas não refletem, necessariamente, a posição da Atena Editora, que atua apenas como mediadora no processo de publicação. Dessa forma, a responsabilidade pelas informações apresentadas e pelas interpretações decorrentes de sua leitura cabe integralmente aos autores.

A Atena Editora atua com transparência, ética e responsabilidade em todas as etapas do processo editorial. Nosso objetivo é garantir a qualidade da produção e o respeito à autoria, assegurando que cada obra seja entregue ao público com cuidado e profissionalismo.

Para cumprir esse papel, adotamos práticas editoriais que visam assegurar a integridade das obras, prevenindo irregularidades e conduzindo o processo de forma justa e transparente. Nosso compromisso vai além da publicação, buscamos apoiar a difusão do conhecimento, da literatura e da cultura em suas diversas expressões, sempre preservando a autonomia intelectual dos autores e promovendo o acesso a diferentes formas de pensamento e criação.

PSICANÁLISE: MENTORES, PARADIGMAS E CONSTRUTOS

| Autores:

Adelcio Machado dos Santos

| Revisão:

O autor

| Diagramação:

Nataly Gayde

| Capa:

Yago Raphael Massuqueto Rocha

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S237 Santos, Adelcio Machado dos
Psicanálise: mentores, paradigmas e construtos / Adelcio
Machado dos Santos. – Ponta Grossa - PR: Atena,
2025.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-258-3758-1

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.581252910>

1. Psicanálise. I. Santos, Adelcio Machado dos. II.
Título.

CDD 150.195

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

+55 (42) 3323-5493

+55 (42) 99955-2866

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

CONSELHO EDITORIAL

CONSELHO EDITORIAL

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Amanda Vasconcelos Guimarães – Universidade Federal de Lavras
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Ariadna Faria Vieira – Universidade Estadual do Piauí
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Cirênio de Almeida Barbosa – Universidade Federal de Ouro Preto
Prof. Dr. Cláudio José de Souza – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Fabrício Moraes de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Glécilla Colombelli de Souza Nunes – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Prof. Dr. Joachin de Melo Azevedo Sobrinho Neto – Universidade de Pernambuco
Prof. Dr. João Paulo Roberti Junior – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Juliana Abonizio – Universidade Federal de Mato Grosso
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Prof. Dr. Sérgio Nunes de Jesus – Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

"A psicanálise é, em essência, uma cura pelo amor. O médico precisa entender a alma humana tanto quanto o corpo, pois há males que não se curam com medicamentos, mas com compreensão, paciência e escuta."

(FREUD, 1910, p. 72).

FREUD, Sigmund. *Cinco lições de psicanálise*.

São Paulo: Martin Claret, 2001.

Livro dedicado a

Adriana de Abreu

PREÂMBULO

PREÂMBULO

Prof. Dr. Adelcio Machado dos Santos

Preliminarmente, desde sua origem, a psicanálise se impôs como uma experiência de descentramento. Não nasceu como ciência exata nem se constituiu a partir de um saber fechado, mas emergiu de um gesto ético de escuta — o de acolher o sofrimento psíquico para além da lógica médica e da racionalidade positivista.

Destarte, a partir de Freud, a clínica passou a ser atravessada pelo inconsciente, revelando que os sintomas dizem mais do que aparentam, que a fala pode conduzir à verdade do sujeito e que o desejo, por mais recalçado, insiste em se manifestar. Esta obra nasce do esforço de pensar essa tradição e suas múltiplas atualizações: um percurso reflexivo, que se estrutura na articulação entre conceitos fundamentais e a escuta das inquietações do presente.

Entretanto, não se trata, aqui, de organizar um manual ou de oferecer uma cronologia linear dos marcos teóricos da psicanálise. Ao contrário, o propósito deste trabalho é compor um olhar analítico e crítico, atento às diferentes vertentes que constituem o campo psicanalítico e às transformações pelas quais ele passou, do século XIX até a atualidade.

Por conseguinte, a gênese do pensamento freudiano é o ponto de partida inevitável — não por fidelidade ao autor, mas porque ali se instaurou o corte que possibilitou a emergência do sujeito do inconsciente. Termos como aparelho psíquico, pulsão, sexualidade infantil, complexo de Édipo e mecanismos de defesa não são apenas categorias técnicas: são operadores conceituais que nos convidam a pensar a subjetividade como campo de conflito, linguagem e criação.

De outro vértice, à medida que o século XX avança, a psicanálise se abre a novos interlocutores e novas demandas clínicas. Autores como Melanie Klein, Wilfred Bion e Donald Winnicott expandem a compreensão da infância, do desenvolvimento emocional e da constituição do eu, incorporando a dimensão relacional de forma mais explícita. Carl Jung propõe um mergulho no simbólico e no inconsciente coletivo, enquanto Jacques Lacan recupera a centralidade da linguagem, relendo Freud à luz do estruturalismo, da linguística e da filosofia. Suas contribuições reorientam a prática clínica, oferecendo novos modos de entender o sofrimento, a transferência, o sintoma e o lugar do analista.

PREÂMBULO

PREÂMBULO

Contudo, a psicanálise não se esgota em seus fundadores e reformuladores clássicos. Ela permanece viva na medida em que se reinventa diante das transformações culturais, políticas e sociais do mundo contemporâneo. Nesse sentido, autores como Christian Dunker, Joel Birman e Vladimir Safatle oferecem perspectivas instigantes para pensar a psicanálise como dispositivo crítico — não apenas no campo clínico, mas também no espaço público, nas instituições e na cultura.

Suas abordagens ampliam o alcance da escuta analítica, atravessando os limites do consultório para dialogar com os dilemas da subjetividade contemporânea: medicalização da vida, patologização da diferença, neoliberalismo, sofrimento ético-político.

Destarte, o estudo demanda mapear esse território amplo e poroso que é o campo psicanalítico, observando tanto suas bases conceituais quanto suas articulações com outros saberes. A interlocução com áreas como a saúde pública, a educação, as ciências sociais e a filosofia revela o potencial da psicanálise como ferramenta de leitura do humano — não apenas em sua interioridade psíquica, mas como ser histórico e inserido em redes de significação.

Mormente,, este livro dedica atenção ao papel da psicanálise nos dispositivos do Sistema Único de Saúde (SUS), onde se confronta com realidades marcadas por precariedade, exclusão e urgência. Nesses contextos, o desafio da escuta ganha outra densidade: escutar, aí, é sustentar a singularidade onde tudo tende à normatização.

Por conseguinte, a clínica psicanalítica contemporânea se vê, portanto, diante de uma exigência dupla: manter-se fiel a seus princípios fundadores — como a centralidade do desejo, da transferência e da fala — e, ao mesmo tempo, reinventar-se frente às novas formas de sofrimento, subjetivação e laço social. Isso implica reconhecer que o setting tradicional nem sempre é possível, que o tempo analítico precisa se flexibilizar, que o analista deve se reposicionar eticamente diante de sujeitos atravessados por múltiplas violências e silenciamentos. Mais do que um método, a psicanálise é, aqui, pensada como um gesto — um gesto que sustenta o vazio, que acolhe o não-sabido e que se orienta por uma ética da escuta.

PREÂMBULO

PREÂMBULO

Em um tempo marcado pela aceleração, pelo pragmatismo e pela desvalorização da palavra, a psicanálise se afirma como resistência. Resistência ao discurso técnico que reduz o sujeito ao sintoma, à lógica produtivista que descarta a escuta, à patologização generalizada que transforma diferenças em diagnósticos. Este livro reafirma a aposta na psicanálise como um campo de leitura sensível da cultura e da subjetividade, capaz de revelar o que escapa às métricas e de afirmar a singularidade em meio ao ruído das normativas.

Em epítome, a psicanálise sobrevive — e se renova — justamente porque não oferece soluções prontas, mas convida ao trabalho de elaboração, à escuta do que insiste, ao cuidado com o que não se deixa dizer facilmente.

RESUMO

RESUMO

O estudo colima o escopo de desenvolver uma análise teórico-reflexiva sobre os precípuos fundamentos da psicanálise, suas implicações clínicas, epistemológicas e críticas, com base em uma extensa revisão bibliográfica. O trabalho percorre a gênese do pensamento freudiano e sua evolução ao longo do século XX e início do XXI, explorando os principais conceitos como o inconsciente, o aparelho psíquico, os mecanismos de defesa, o complexo de Édipo, o desejo, a pulsão e a sexualidade infantil. A pesquisa dedica especial atenção às contribuições dos autores pós-freudianos, especialmente Lacan, Melanie Klein, Winnicott, Jung, Bion, e autores contemporâneos como Dunker, Birman e Safatle, que enriqueceram o campo psicanalítico com novas perspectivas clínicas, políticas e culturais. Ademais de apresentar o panorama conceitual da psicanálise, a monografia enfatiza seu papel como prática crítica, destacando sua atualidade nos campos da saúde pública, das ciências sociais aplicadas, da educação e da filosofia. A interface com a saúde mental coletiva, especialmente nos dispositivos do Sistema Único de Saúde (SUS), e os reptos da escuta psicanalítica em contextos de vulnerabilidade social, são discutidos como parte da reinvenção necessária da clínica contemporânea. Por final, o estudo aponta para a vitalidade da psicanálise como ferramenta de leitura do sujeito e da cultura, evidenciando sua capacidade de resistir às normatizações do discurso técnico e reafirmar a centralidade do desejo, da palavra e da subjetividade.

PALAVRAS-CHAVE: Psicanálise. Inconsciente. Desejo. Subjetividade. Clínica.

ABSTRACT

ABSTRACT

This monograph aims to develop a theoretical and reflective analysis of the main foundations of psychoanalysis, its clinical, epistemological, and critical implications, based on an extensive literature review. The work explores the genesis of Freudian thought and its development throughout the 20th and early 21st centuries, covering essential concepts such as the unconscious, psychic apparatus, defense mechanisms, the Oedipus complex, desire, drive, and infantile sexuality. Special attention is given to the contributions of post-Freudian authors, especially Lacan, Melanie Klein, Winnicott, Jung, Bion, and contemporary thinkers like Dunker, Birman, and Safatle, who enriched psychoanalytic theory with new clinical, political, and cultural perspectives. In addition to presenting a conceptual panorama, the study emphasizes psychoanalysis as a critical practice, highlighting its relevance in public health, applied social sciences, education, and philosophy. The interface with collective mental health, particularly within Brazil's Unified Health System (SUS), and the challenges of psychoanalytic listening in socially vulnerable contexts are discussed as part of the necessary reinvention of contemporary clinical work. Finally, the research affirms the vitality of psychoanalysis as a tool for interpreting the subject and culture, emphasizing its power to resist technical normativity and to reaffirm the centrality of desire, language, and subjectivity.

KEYWORDS: Psychoanalysis. Unconscious. Desire. Subjectivity. Clinical practice.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPS - Centros de Atenção Psicossocial

Cs - Consciente

Ics - Inconsciente

Pcs - Pré-consciente

SUS – Sistema Único de Saúde

SUMÁRIO

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	1
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	5
2.1 FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E EPISTEMOLÓGICOS DA PSICANÁLISE	7
2.2 O APARELHO PSÍQUICO E SUAS INSTÂNCIAS	11
2.3 MECANISMOS DE DEFESA E DINÂMICA DO CONFLITO PSÍQUICO	15
2.4 A SEXUALIDADE INFANTIL E O DESENVOLVIMENTO PSICOSSEXUAL	18
2.5 A INFLUÊNCIA DO INSCONSCIENTE E A NATUREZA DOS DESEJOS	22
3. METODOLOGIA	27
4. RESULTADOS E DISCUSSÕES	31
4.1 A PSICANÁLISE COMO PRÁTICA CLÍNICA E PENSAMENTO CRÍTICO	34
4.2 A PSICANÁLISE E SUAS INTER-RELAÇÕES EPISTEMOLÓGICAS	38
4.3 CONTRIBUIÇÕES DE PENSADORES PÓS-FREUDIANOS	45
4.4 CRÍTICAS, DESDOBRAMENTOS E A ATUALIDADE DA PSICANÁLISE	49
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	54
REFERÊNCIAS	58
SOBRE O AUTOR	63



1. INTRODUÇÃO

A psicanálise, desde seu surgimento no ocaso do século XIX, tem se estabelecido como uma das mais influentes correntes teóricas e clínicas no campo da compreensão da subjetividade humana. Criada por Sigmund Freud, em meio a um cenário científico e cultural marcado pela ascensão do positivismo, pelo florescimento das ciências naturais e pela valorização da racionalidade, a psicanálise veio a romper paradigmas estabelecidos ao introduzir uma concepção de sujeito dividida, movida por desejos inconscientes, em constante tensão entre forças pulsionais, instâncias psíquicas e normas sociais.

Tal ruptura não apenas representou um marco epistemológico no pensamento ocidental, como também inaugurou um campo interdisciplinar que, ao longo do século XX e início do XXI, ampliou suas interfaces com áreas como a filosofia, a literatura, a antropologia, a arte, a educação e as ciências da saúde.

A escolha do tema desta monografia, intitulada *“Introdução à Psicanálise: uma discussão na literatura”*, se justifica pela relevância contínua da psicanálise tanto como abordagem clínica quanto como teoria crítica da cultura. O interesse crescente por essa vertente do saber psíquico, seja no âmbito acadêmico ou na prática profissional, demanda um retorno às suas bases conceituais e históricas, de modo a compreender sua evolução, seus principais conceitos e as críticas que a acompanham.

Tal compreensão é fundamental não apenas para estudantes e profissionais da psicologia, mas também para pesquisadores de diversas áreas das humanidades e das ciências sociais, cujos objetos de estudo implicam, direta ou indiretamente, questões relativas à subjetividade, ao desejo, ao sofrimento psíquico e às formas de expressão do inconsciente.

Com efeito, a proposta de uma discussão fundamentada na literatura psicanalítica visa não apenas à exposição dos conceitos centrais da teoria, mas também à análise das múltiplas interpretações, reformulações e críticas que esses conceitos sofreram ao longo do tempo. A psicanálise não é uma doutrina fechada, imune ao tempo e às transformações socioculturais; pelo contrário, trata-se de uma construção histórica que, desde suas origens com Freud, vem sendo constantemente reelaborada por diversos pensadores, entre os quais se destacam Melanie Klein, Donald Winnicott, Jacques Lacan, entre outros.

Cada um desses autores não apenas reinterpretou os ensinamentos freudianos, mas também contribuiu com novas concepções sobre o desenvolvimento psíquico, o papel do ambiente, as formas de simbolização e os modos de constituição do sujeito.

Por outro lado, a psicanálise também enfrentou inúmeras críticas, internas e externas ao seu campo. Desde os debates epistemológicos que questionam seu estatuto científico, passando pelas críticas feministas que problematizam suas teorias sobre sexualidade e gênero, até os embates contemporâneos sobre sua pertinência clínica frente às novas demandas sociais, a psicanálise sempre foi alvo de tensões e polêmicas. Essas críticas, longe de desqualificarem a teoria, contribuem para seu enriquecimento e atualização, colocando-a em constante diálogo com o mundo e com as transformações do sujeito moderno e contemporâneo.

É nesse contexto que se insere a presente monografia. Ao abordar a psicanálise por meio de uma revisão bibliográfica, busca-se apresentar uma introdução abrangente, embora seletiva, aos principais aspectos da teoria psicanalítica: seus fundamentos históricos, suas categorias conceituais mais relevantes e suas principais interpretações na literatura especializada. O trabalho está organizado em três grandes partes, além desta introdução.

A primeira parte se dedica ao contexto histórico e epistemológico da psicanálise, resgatando os elementos socioculturais e científicos que permitiram o surgimento dessa nova abordagem do psiquismo. A segunda parte aborda os principais conceitos desenvolvidos por Freud e seus continuadores, com especial atenção ao aparelho psíquico, aos mecanismos de defesa e à teoria do desenvolvimento psicosssexual. Por fim, a terceira parte examina as contribuições e reformulações introduzidas por autores pós-freudianos, bem como as críticas e os desdobramentos contemporâneos da psicanálise.

Ao longo de sua trajetória, a psicanálise tem sido um campo de saber marcado por tensões entre tradição e inovação. Se por um lado existe um núcleo freudiano que serve de ponto de partida para os desenvolvimentos teóricos posteriores, por outro lado, cada geração de analistas e pesquisadores contribuiu para a expansão e problematização desse núcleo. Isso é particularmente visível no modo como autores como Klein, Winnicott e Lacan retomam os textos freudianos para, a partir deles, desenvolverem concepções próprias sobre temas centrais da clínica e da teoria. Tal movimento de leitura e releitura é constitutivo da psicanálise e demonstra sua vitalidade enquanto campo de pensamento crítico.

Outro aspecto relevante diz respeito à natureza do inconsciente, tal como concebida pela psicanálise. Ao contrário de outras abordagens psicológicas que se concentram em aspectos observáveis do comportamento ou na cognição consciente, a psicanálise parte da hipótese de que existe uma parte significativa da vida psíquica que escapa à consciência, que se manifesta de forma cifrada nos sonhos, nos lapsos, nos sintomas, nas fantasias e nas formações do inconsciente.

Essa noção de inconsciente, em suas diferentes formulações ao longo da história da psicanálise, representa uma das maiores contribuições da teoria à compreensão do humano. Com ela, Freud rompe com a ideia de um sujeito plenamente consciente de si e de suas motivações, propondo uma visão descentralizada da subjetividade.

Ademais disso, a psicanálise introduz uma ética do cuidado e da escuta que valoriza o tempo do sujeito, a singularidade de sua história e os modos particulares como cada um organiza seu desejo e sua angústia. Diferente de abordagens mais diretivas ou normativas, o trabalho clínico psicanalítico privilegia a construção do saber sobre si mesmo a partir da fala, da escuta e da transferência.

Essa ênfase na linguagem e na relação transferencial é outro diferencial importante da psicanálise, especialmente nas releituras lacanianas, que situam o inconsciente como estruturado como uma linguagem. Por outro lado, não se pode ignorar as críticas dirigidas à psicanálise ao longo de sua história. Uma das mais recorrentes é a crítica à sua cientificidade. Filósofos como Karl Popper consideraram a psicanálise uma pseudociência por não apresentar hipóteses falseáveis. Já outros pensadores, como Paul Ricoeur e Michel Foucault, procuraram compreender a psicanálise não como ciência empírica, mas como hermenêutica da subjetividade ou discurso sobre o poder.

As críticas feministas também desempenharam um papel central na revisão de conceitos freudianos considerados sexistas ou reducionistas, como o complexo de Édipo ou a concepção da feminilidade como “falta”. Tais críticas contribuíram para uma abertura maior da teoria a questões de gênero, sexualidade e diferença, temas centrais nas discussões contemporâneas sobre o sujeito.

Outro ponto de destaque na trajetória da psicanálise jaz na sua relação com a cultura. Desde Freud, há um interesse constante em analisar fenômenos culturais, religiosos, artísticos e sociais a partir da ótica psicanalítica. Obras como *O Mal-Estar na Civilização*, *Totem e Tabu* e *Psicologia das Massas e Análise do Eu* evidenciam a tentativa de articular o psiquismo individual com os processos coletivos e históricos.

Posteriormente, autores como Julia Kristeva, Slavoj Žižek e Roudinesco ampliaram esse campo de análise, mostrando como a psicanálise pode ser um instrumento poderoso para pensar a cultura contemporânea, os efeitos do neoliberalismo sobre a subjetividade, a medicalização da vida e o sofrimento psíquico nas sociedades modernas.

No Brasil, a psicanálise encontrou um terreno fértil para seu desenvolvimento, tanto na clínica quanto na universidade. Autores como Durval Marcondes, Virgínia Leone Bicudo, Nise da Silveira, Jurandir Freire Costa, e mais recentemente Christian Dunker e Maria Rita Kehl, contribuíram significativamente para a adaptação e expansão

do pensamento psicanalítico em contextos sociais marcados pela desigualdade, pela violência e pela exclusão. Essas contribuições reforçam a importância da psicanálise como ferramenta de escuta e intervenção crítica, sensível às condições concretas da existência dos sujeitos.

Considerando todos esses elementos, esta monografia visa oferecer uma introdução crítica e abrangente ao campo da psicanálise a partir de sua discussão na literatura especializada. O objetivo é não apenas apresentar os conceitos fundadores e suas reformulações, mas também fomentar uma reflexão sobre os alcances, os limites e as possibilidades da psicanálise na atualidade.

Por conseguinte, trata-se de investigação teórica que convida o leitor a adentrar o universo psicanalítico não como um sistema dogmático de verdades, mas como um campo vivo de problematizações sobre o ser humano, suas dores, seus desejos e suas formas de estar no mundo.



2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A psicanálise, concebida no final do século XIX por Sigmund Freud, emerge em meio a um momento de transformação do pensamento europeu, marcado pela efervescência científica, pela valorização do racionalismo e pela consolidação das ciências médicas. A originalidade da proposta freudiana reside em sua aposta na existência de um saber inconsciente, que escapa à racionalidade cartesiana e inaugura uma nova economia do sujeito, fundada no desejo e no recalque.

Freud (2010) afirma que o inconsciente “é a base verdadeira de nosso ser psíquico”, desafiando as concepções predominantes de consciência plena e controle racional sobre a subjetividade. O arcabouço teórico e clínico inaugurado por Freud constitui uma ruptura epistemológica com as psicologias anteriores e delinea os contornos de um novo campo de saber, marcado pela escuta, pelo conflito psíquico e pela linguagem.

Desde suas formulações iniciais, a psicanálise articula conceitos-chave como o inconsciente, o recalque, os sonhos, a transferência e a pulsão, os quais permitem compreender a dinâmica psíquica para além do visível e do voluntário. Esses conceitos não se organizam como um sistema fechado, mas como uma constelação teórica aberta a múltiplas reformulações. A leitura posterior de autores como Melanie Klein, Donald Winnicott e Jacques Lacan atesta essa abertura, ao reelaborarem os fundamentos freudianos com base em novas experiências clínicas e em diferentes interlocuções filosóficas.

Para Klein (1991), à guisa exemplo, o inconsciente infantil é muito mais precoce e ativo do que Freud supunha, e a fantasia inconsciente estrutura desde os primeiros momentos a relação do bebê com o mundo. Já Lacan (1998), ao afirmar que “o inconsciente é estruturado como uma linguagem”, reposiciona o sujeito no campo simbólico, aproximando a psicanálise da linguística estrutural e da filosofia contemporânea.

Por conseguinte, a literatura psicanalítica se constitui em rede complexa de autores, escolas, conceitos e impasses que transcendem a figura de seu fundador. A proposta desta monografia não é exaurir essa rede, mas introduzir o leitor aos principais elementos que a compõem, a partir de uma revisão criteriosa da bibliografia

clássica e contemporânea. Tal revisão revela não apenas os eixos conceituais da teoria psicanalítica, mas também os campos de disputa interpretativa em torno desses conceitos.

À guisa de exemplo, o conceito de pulsão, que em Freud se apresenta como uma força intermediária entre o somático e o psíquico, recebe diferentes leituras conforme o autor. Enquanto Winnicott (2000) desloca a centralidade da pulsão para o ambiente e para a relação mãe-bebê, Lacan radicaliza a noção de falta como motor do desejo, articulando a pulsão à linguagem e ao significante.

Do ponto de vista epistemológico, a psicanálise sempre enfrentou questionamentos quanto ao seu estatuto científico.

Karl Popper (2006), EM exemplo, a classificou como uma pseudociência por não apresentar critérios de falseabilidade. Já autores como Paul Ricoeur (2002) e Jürgen Habermas (1983) defenderam seu caráter hermenêutico e crítico, inserindo-a no campo das ciências humanas e sociais, ao lado da história, da sociologia e da filosofia.

A psicanálise, nesse sentido, não opera por verificação empírica, mas por interpretação e construção de sentido. A escuta clínica, mediada pela transferência e pela associação livre, torna-se o laboratório por excelência do saber psicanalítico. Como afirma Roudinesco (2000), “a psicanálise não é uma ciência no sentido positivista, mas um saber sobre o sujeito em sua dimensão de sofrimento e desejo”.

Adicionalmente, a psicanálise contribui de maneira significativa para a crítica da cultura. Desde Freud, há uma preocupação em compreender os efeitos da civilização sobre o psiquismo humano. Obras como *O Mal-Estar na Civilização* e *Totem e Tabu* evidenciam a articulação entre repressão, normas sociais e sintomatologia. Posteriormente, pensadores como Herbert Marcuse (1981) e Michel Foucault (1979) retomam essa interface entre psicanálise e sociedade, discutindo as formas pelas quais o poder se inscreve no corpo e nos desejos.

No contexto brasileiro, autores como Kehl (2009) e Dunker (2012) têm trabalhado a psicanálise como ferramenta de análise das novas formas de sofrimento contemporâneo, marcadas pela precariedade, pela solidão e pelo excesso de imagens.

Essa fundamentação teórica, então, justifica a escolha pela revisão bibliográfica como método principal da presente monografia. Ao reunir e analisar criticamente os principais textos que compõem a tradição psicanalítica e suas reformulações, busca-se oferecer ao leitor um panorama abrangente e crítico sobre os fundamentos e os desdobramentos da teoria. A psicanálise, enquanto campo de saber em constante elaboração, exige uma postura reflexiva e aberta, capaz de articular passado e presente, clínica e cultura, teoria e experiência.

É nesse espírito que se estrutura o capítulo a seguir, dedicado aos fundamentos históricos e epistemológicos da psicanálise – tendo em vista a necessidade de introduzir o contexto e a abordagem conceitual e epistemológica que perpassa toda a pesquisa – em seguida será abordado o aparelho psíquico e suas instâncias, bem como os mecanismos de defesa e a dinâmica do conflito psíquico e, por fim, a sexualidade infantil e o desenvolvimento psicosssexual.

2.1 FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E EPISTEMOLÓGICOS DA PSICANÁLISE

A história da psicanálise é inseparável da figura de Sigmund Freud, seu fundador, e das profundas transformações socioculturais e epistemológicas ocorridas na virada do século XIX para o XX. Freud, nascido em 1856 em Freiberg, no Império Austro-Húngaro, foi inicialmente neurologista, formado na Universidade de Viena. Seu interesse pela fisiologia e pela anatomia do sistema nervoso marcou o início de sua trajetória científica. No entanto, foi a prática clínica com pacientes histéricos, em especial a colaboração com Josef Breuer, que o levou a desenvolver as primeiras formulações da psicanálise.

Nesse contexto, Freud se deparou com sintomas que não encontravam explicação nos exames neurológicos convencionais. A histeria, fenômeno clínico então considerado feminino e caprichoso, desafiava os paradigmas científicos da medicina moderna, pois apresentava sinais corporais sem lesão orgânica correspondente.

Freud observou que os sintomas histéricos possuíam um sentido oculto e que estavam associados a experiências emocionais reprimidas. Em colaboração com Breuer, publicou *Estudos sobre a histeria* (1895), obra inaugural da psicanálise. Nela, propõe-se que os sintomas psíquicos são formações substitutivas de ideias recalçadas, que, por sua vez, não puderam ser elaboradas conscientemente.

Por meio do método catártico, e mais tarde pela associação livre, Freud passou a explorar os conteúdos inconscientes dos pacientes, chegando à formulação do inconsciente como uma instância psíquica ativa e estruturante. Essa descoberta rompeu com a concepção cartesiana de sujeito, fundada na racionalidade e na autoconsciência. Em lugar de um “eu” senhor de si, a psicanálise propôs um sujeito dividido, em conflito com sua própria história e com seus desejos inconscientes.

A obra *A interpretação dos sonhos* (1900) é tida como o marco inaugural do edifício teórico da psicanálise. Nela, Freud apresenta a ideia de que os sonhos são realizações disfarçadas de desejos inconscientes. Introduz, ainda, a primeira tópica do aparelho psíquico, composta pelas instâncias consciente, pré-consciente e inconsciente. Tal concepção implicava um modelo dinâmico da mente, atravessado por forças em constante tensão.

A teoria do recalque, central à psicanálise, sustenta que certos conteúdos são banidos da consciência por serem incompatíveis com os valores e normas internalizados pelo sujeito. Esses conteúdos, porém, não desaparecem; retornam de maneira distorcida sob a forma de sintomas, lapsos, atos falhos ou sonhos. A escuta clínica, orientada pela associação livre e pela atenção flutuante do analista, visa justamente a interpretação desses retornos do recalcado.

Ao longo dos anos seguintes, Freud expandiu e reformulou sua teoria em diversos aspectos. Desenvolveu a teoria da sexualidade infantil, ao afirmar que a libido, ou energia pulsional, já se manifesta nos primeiros anos de vida, atravessando diferentes zonas erógenas em fases sucessivas: oral, anal, fálica, latência e genital. Essa proposta foi radical para a época, pois deslocava a sexualidade do campo exclusivamente adulto e genital para uma dimensão mais ampla da experiência humana.

A teoria do complexo de Édipo, formulada a partir da fase fálica, tornou-se um dos pilares do pensamento psicanalítico. Segundo Freud, o desejo da criança pela figura parental do sexo oposto e a rivalidade com o progenitor do mesmo sexo constituem um momento estruturante da subjetividade, cuja resolução adequada é fundamental para o desenvolvimento psíquico (Freud, 1996, 2010).

Nos anos 1920, Freud introduziu a segunda tópica do aparelho psíquico, composta por três instâncias: id, ego e superego. Essa nova organização busca dar conta dos conflitos internos de maneira mais precisa. O id representa o polo pulsional e inconsciente, regido pelo princípio do prazer. O ego, instância mediadora, opera entre os impulsos do id, as exigências do superego e a realidade externa. O superego, por sua vez, corresponde à internalização das normas parentais e sociais, funcionando como uma instância crítica e moral.

Essa tripartição do psiquismo aprofunda a concepção de um sujeito dividido, permanentemente atravessado por tensões e contradições. Freud (2010) ressalta que “o ego não é senhor em sua própria casa”, enfatizando a fragilidade da razão frente às forças inconscientes.

A psicanálise rapidamente exorbitou os lindes da clínica e passou a dialogar com outros campos do saber. Freud produziu importantes reflexões sobre a cultura, a religião, a arte e a sociedade. Obras como *Totem e tabu* (1913), *O futuro de uma ilusão* (1927) e *O mal-estar na civilização* (1930) demonstram a tentativa freudiana de pensar o sujeito em sua inserção sociocultural.

Para Freud, a cultura exige renúncias pulsionais que geram sofrimento e sintomas. O mal-estar da civilização moderna estaria, portanto, relacionado à tensão entre os impulsos individuais e as exigências coletivas. Essa leitura psicanalítica da cultura influenciou profundamente autores como Herbert Marcuse, que em *Eros e civilização* (1981) propõe uma crítica à repressão sexual imposta pelas sociedades industriais avançadas (Marcuse, 1981).

A partir da década de 1920, a psicanálise se consolida como movimento internacional, com a fundação de sociedades psicanalíticas em diversos países. Nesse processo, surgem divergências teóricas e práticas que dão origem a novas escolas e abordagens.

Carl Gustav Jung, inicialmente discípulo de Freud, rompe com a ênfase na sexualidade e propõe a psicologia analítica, baseada em arquétipos e no inconsciente coletivo. Alfred Adler, por sua vez, desenvolve a psicologia individual, centrada na vontade de poder e no sentimento de inferioridade. Esses afastamentos evidenciam a complexidade e a polissemia do campo psicanalítico.

Entre as principais herdeiras e reformuladoras da psicanálise destaca-se Melanie Klein, cuja obra propõe uma nova compreensão do inconsciente infantil. Klein observa que as fantasias inconscientes estão presentes desde os primeiros meses de vida e que o bebê estabelece relações imaginárias com objetos internos. Introduz os conceitos de posição esquizoparanóide e posição depressiva, marcando as fases do desenvolvimento psíquico inicial. Sua clínica com crianças e suas contribuições à teoria das relações objetais influenciam profundamente a psicanálise britânica (Klein, 1991).

Donald Winnicott, outro importante autor dessa escola, destaca o papel do ambiente e da mãe suficientemente boa na constituição do self. Desenvolve conceitos como objeto transicional, falso self e capacidade de estar só, ampliando a compreensão do amadurecimento emocional (Winnicott, 2000).

Na França, Jacques Lacan promove, a partir dos anos 1950, um retorno a Freud a partir da linguística estrutural. Para Lacan, o inconsciente é estruturado como uma linguagem, e o sujeito é efeito do significante. Reinterpreta conceitos freudianos como a castração, o falo e o Édipo à luz do campo simbólico. Lacan propõe uma nova leitura do desejo como falta estrutural, e da clínica como experiência de escuta do sujeito em sua alienação na linguagem.

Sua teoria dos registros (real, simbólico e imaginário) e seus conceitos de Nome-do-Pai, objeto a e sintoma transformaram profundamente a teoria e a prática psicanalíticas. Lacan (1998) também problematiza a ideia de normalidade, afirmando que o sintoma é uma formação singular e inevitável, que constitui o modo de ser do sujeito no mundo.

No Brasil, a psicanálise chega ainda nas primeiras décadas do século XX, com influência direta da psicanálise europeia, principalmente através de médicos formados na Europa. Com o tempo, desenvolve-se uma tradição própria, marcada pelo diálogo com a cultura local e pelos desafios da realidade social brasileira.

Maria Rita Kehl, à guisa de exemplo, destaca a importância da escuta psicanalítica na compreensão do sofrimento psíquico produzido por condições de desigualdade, exclusão e violência simbólica. Em *O tempo e o cão* (2009), a autora analisa o fenômeno contemporâneo da depressão a partir da lógica do excesso e da aceleração temporal, propondo uma escuta clínica que leve em conta os atravessamentos sociais do sujeito.

Outro importante psicanalista brasileiro, Christian Ingo Lenz Dunker, propõe uma abordagem topológica da clínica e discute a constituição do sujeito na contemporaneidade. Em sua obra *Estrutura e constituição da clínica psicanalítica* (2012), Dunker retoma os fundamentos da psicanálise à luz de questões atuais como o sofrimento ético-político, as novas formas de laço social e a multiplicidade de discursos normativos.

Para Dunker (2012), a psicanálise permanece relevante na medida em que conserva sua vocação de escutar o mal-estar contemporâneo sem reduzi-lo a diagnósticos psiquiátricos ou a discursos moralizantes. Sua articulação entre psicanálise, filosofia e política coloca a clínica como lugar de resistência simbólica frente às formas de silenciamento e opressão subjetiva.

A epistemologia da psicanálise sempre foi tema de controvérsias. A acusação de que a psicanálise não seria uma ciência, por não apresentar critérios de verificação empírica, foi articulada principalmente por Karl Popper, que a classificou como pseudociência. Segundo Popper (2006), uma teoria científica deve ser falseável, isto é, deve permitir a refutação de suas proposições.

Uma vez que a psicanálise interpreta todos os comportamentos como manifestações do inconsciente, independentemente do resultado observado, ela não satisfaria tal critério. No entanto, outros autores propõem uma leitura da psicanálise como saber hermenêutico, voltado à compreensão do sentido e da singularidade da experiência. Ricoeur (2002), em sua obra *Freud: uma interpretação da cultura*, insere a psicanálise no campo das ciências humanas, reconhecendo sua capacidade de produzir interpretações profundas da condição humana.

A escuta psicanalítica, mediada pela transferência e pela associação livre, opera segundo uma lógica própria, que não se reduz ao método experimental das ciências naturais. Roudinesco (2000) observa que a psicanálise é um saber clínico, fundado na escuta do sujeito e na construção de sentido a partir de sua fala. Essa dimensão interpretativa, ética e política do método psicanalítico não pode ser reduzida a critérios positivistas.

A psicanálise, portanto, reivindica um estatuto epistemológico próprio, que a aproxima da filosofia, da literatura e da antropologia, na medida em que busca compreender o homem em sua complexidade simbólica, histórica e inconsciente.

A partir das compreensões de suas bases teóricas e epistemológicas, observa-se que a psicanálise constitui um campo teórico-clínico complexo e em constante transformação, fundado sobre uma visão radical da subjetividade. Suas raízes históricas remontam à ruptura freudiana com a medicina e a psicologia tradicionais, e seus desenvolvimentos posteriores evidenciam uma pluralidade de caminhos interpretativos.

Ao articular desejo, linguagem, sintoma e cultura, a psicanálise oferece uma ferramenta singular de escuta e intervenção sobre o sofrimento humano. Seu valor reside não apenas na eficácia terapêutica, mas na possibilidade de produzir um saber sobre o sujeito em sua relação com o outro, com o corpo, com o tempo e com a palavra.

2.2 O APARELHO PSÍQUICO E SUAS INSTÂNCIAS

A noção de aparelho psíquico ocupa uma posição central na metapsicologia freudiana e constitui uma das mais importantes construções teóricas da psicanálise. Desde seus primeiros escritos, Freud procurou conceber uma estrutura funcional para o psiquismo, de modo a explicar os fenômenos conscientes e inconscientes, os sintomas, os sonhos, os atos falhos e outros modos de manifestação da vida psíquica. A hipótese do aparelho psíquico visa, portanto, organizar, de forma teórica e abstrata, o funcionamento da mente humana a partir de modelos que representam o fluxo, a distribuição e a transformação das energias pulsionais.

Em *A interpretação dos sonhos* (Freud, 2010), Freud introduz o primeiro modelo topográfico da mente, estruturado em três sistemas: o inconsciente (Ics), o pré-consciente (Pcs) e o consciente (Cs). Essa primeira tópica descreve a mente como uma espécie de espaço dinâmico e hierarquizado, no qual os conteúdos inconscientes, recalcados, não são diretamente acessíveis à consciência, mas podem influenciar significativamente o comportamento e os afetos do sujeito. O inconsciente é composto por representações e desejos que foram reprimidos por serem incompatíveis com as normas morais ou sociais internalizadas.

O pré-consciente é uma zona intermediária, cujos conteúdos podem ser trazidos à consciência mediante atenção ou esforço de rememoração. Já o sistema consciente abriga os pensamentos atuais e as percepções imediatas.

Essa primeira tópica está ligada ao modelo de funcionamento psíquico baseado nos processos primário e secundário. O processo primário é característico do inconsciente e opera por meio de condensações, deslocamentos e da atemporalidade;

ele ignora a lógica aristotélica e o princípio da realidade, sendo regido pelo princípio do prazer. O processo secundário, por sua vez, caracteriza o funcionamento do consciente e do pré-consciente, baseado na lógica, na linguagem e na adequação à realidade externa. Como aponta Laplanche e Pontalis (1992), o inconsciente, nesse modelo, “é um sistema regido por leis próprias, distintas daquelas que regem o pensamento consciente”.

Contudo, a experiência clínica e as formulações posteriores levaram Freud à proposição de uma segunda tópica, apresentada principalmente em *O ego e o id* (Freud, 2011), na qual o aparelho psíquico passa a ser concebido a partir das instâncias do id, do ego e do superego. Esse novo modelo não substitui a primeira tópica, mas acrescenta uma compreensão mais aprofundada dos conflitos internos e das estruturas psíquicas que mediam a relação entre o sujeito, seus impulsos e as normas sociais. O id (Es) representa a instância mais primitiva da psique, composta por conteúdos inconscientes e regida pelo princípio do prazer. É a fonte das pulsões, sem organização ou lógica, sendo movido por desejos imediatos de satisfação.

O ego (Ich), por sua vez, é a instância que se desenvolve a partir do id, buscando mediar entre as exigências pulsionais, a realidade externa e as normas do superego. Ele opera segundo o princípio da realidade, tentando retardar a descarga pulsional até que se encontre um objeto adequado. Embora o ego seja parcialmente consciente, ele possui também dimensões inconscientes, sendo constantemente pressionado por forças conflitantes. Freud (2011) destaca que “o ego é, antes de tudo, um ego corporal; não é apenas uma entidade psíquica, mas a projeção de uma superfície”.

O superego (Über-Ich), por sua vez, representa a internalização das figuras parentais e das normas sociais. Ele se constitui a partir da resolução do complexo de Édipo e atua como juiz ou censor das ações e desejos do ego. Freud concebe o superego como herdeiro da autoridade parental e afirma que ele pode exercer uma vigilância e uma severidade desproporcionais, gerando sentimento de culpa mesmo em situações que não envolvem transgressões conscientes. O superego, portanto, é também uma instância inconsciente, que opera na produção de angústias e sintomas, especialmente nas neuroses obsessivas e nos quadros melancólicos.

A relação entre essas três instâncias – id, ego e superego – é marcada por tensão e conflito. O ego se encontra frequentemente em posição de fragilidade, tendo que negociar simultaneamente com as exigências pulsionais do id, as imposições morais do superego e as limitações da realidade. Essa estrutura conflitiva do aparelho psíquico revela a complexidade da subjetividade e a impossibilidade de uma unidade plena do eu. A noção de sujeito psicanalítico, portanto, difere radicalmente da concepção cartesiana de sujeito racional e autotransparente.

Na psicanálise, o sujeito é atravessado por forças inconscientes, desejos recalcados e interdições simbólicas que escapam ao controle da consciência.

As formulações de Freud sobre o aparelho psíquico foram posteriormente retomadas, criticadas e reformuladas por diversos autores.

Anna Freud, à guisa de exemplo, em *O ego e os mecanismos de defesa* (Freud, A., 1976), aprofundou o estudo do ego e das estratégias que ele utiliza para lidar com os conflitos internos. Ela descreve mecanismos como a repressão, a projeção, a formação reativa, a regressão e a racionalização, entre outros, como modos inconscientes de defesa contra a angústia.

Essa abordagem ampliou a compreensão do funcionamento defensivo do ego e teve grande impacto na psicanálise do ego norte-americana, voltada à adaptação e ao funcionamento do eu.

No campo das teorias das relações objetais, autores como Klein (1991) introduziram novas perspectivas sobre o funcionamento psíquico primitivo. Klein identificou que, desde os primeiros meses de vida, o bebê organiza seu mundo interno em torno de objetos parciais, como o seio bom e o seio mau, e que essas representações influenciam a constituição do ego.

Propôs que a mente infantil se organiza a partir de posições – a posição esquizoparanóide e a posição depressiva – que não se substituem linearmente, mas coexistem e se alternam ao longo da vida. Nessa perspectiva, o aparelho psíquico é concebido como um campo em constante reorganização, atravessado por fantasias inconscientes e mecanismos de defesa primitivos, como a cisão, a idealização e a identificação projetiva.

Winnicott (2000), por sua vez, introduz a ideia de um ego que emerge da relação com o ambiente e da experiência de cuidado suficientemente bom. Para ele, o self verdadeiro se desenvolve quando o bebê é capaz de viver experiências de integração e continuidade do ser favorecidas por um ambiente facilitador. Caso contrário, o indivíduo pode desenvolver um falso self, adaptado às exigências externas, mas desconectado de seus impulsos mais autênticos. A partir dessa abordagem, o aparelho psíquico é visto como inseparável das experiências relacionais e ambientais iniciais, o que amplia o foco da metapsicologia clássica centrada na pulsão.

Jacques Lacan promove uma reinterpretação radical das instâncias psíquicas, ao afirmar que o inconsciente é estruturado como uma linguagem. Para Lacan (1998), o sujeito do inconsciente é um efeito da cadeia significante, e as instâncias psíquicas são estruturadas em torno de registros simbólicos, imaginários e reais. Ele reinterpreta o ego como uma formação imaginária, resultado das identificações especulares descritas no estágio do espelho.

Destarte, o ego, portanto, é ilusório e alienado, sendo o verdadeiro sujeito aquele dividido pelo significante, assujeitado à linguagem. O id, em Lacan, é a reserva pulsional associada ao gozo, enquanto o superego aparece como um imperativo paradoxal que comanda o gozo e, ao mesmo tempo, o proíbe.

Essa abordagem lacaniana reformula profundamente o entendimento do aparelho psíquico. O superego, por exemplo, deixa de ser apenas uma instância de censura para ser um operador de gozo que incita o sujeito à repetição sintomática. O ego não é mais visto como mediador racional, mas como lugar de alienação. O inconsciente, por sua vez, não é um reservatório de conteúdos reprimidos, mas uma estrutura significante que se manifesta por meio de lapsos, atos falhos e formações do inconsciente.

Destarte, a clínica psicanalítica se orienta não por uma adaptação do ego à realidade, mas pela escuta do desejo inconsciente que atravessa o sujeito (Roudinesco, 2000).

Pensadores contemporâneos, como Dunker (2012), têm trabalhado com a ideia de uma topologia clínica do aparelho psíquico. Em *Estrutura e constituição da clínica psicanalítica* (Dunker, 2012), o autor propõe pensar as estruturas clínicas – neurose, psicose e perversão – como modos de organização do laço do sujeito com o Outro, com o corpo e com o desejo. Nessa perspectiva, o aparelho psíquico não é apenas um modelo teórico, mas um mapa da experiência subjetiva, articulado às coordenadas do discurso e da cultura.

A proposta topológica de Dunker recupera a complexidade do sujeito freudiano, resgatando a dimensão ética da clínica psicanalítica, centrada na escuta da singularidade do sintoma.

A epistemologia da psicanálise reconhece o caráter teórico e conjectural do modelo do aparelho psíquico. Ele não é um objeto empírico, mas uma construção metapsicológica que visa dar conta da complexidade da vida psíquica. Como aponta Roudinesco (2000), “o aparelho psíquico é uma ficção teórica, mas uma ficção necessária, que permite a articulação do desejo, do sintoma e da história”. Sua importância reside não em sua veracidade literal, mas em sua capacidade de organizar a escuta clínica e a interpretação do sofrimento psíquico.

Por conseguinte, Roudinesco (2000) compreende que o conceito de aparelho psíquico e suas instâncias representa uma das contribuições mais duradouras e produtivas da psicanálise. Ao conceber a mente como um espaço de conflitos e forças em tensão, a psicanálise rompe com modelos mecanicistas e normativos de subjetividade. A distinção entre id, ego e superego, bem como entre consciente, pré-consciente e inconsciente, oferece um arcabouço teórico robusto para compreender a formação dos sintomas, os impasses do desejo e os efeitos da linguagem sobre o sujeito.

A articulação entre esses modelos e suas diversas reformulações contemporâneas constitui um campo fértil de investigação clínica e teórica, reafirmando a vitalidade da psicanálise como saber sobre a subjetividade.

2.3 MECANISMOS DE DEFESA E DINÂMICA DO CONFLITO PSÍQUICO

A teoria psicanalítica, desde seus primórdios, esteve ancorada na compreensão do psiquismo como um campo de conflitos. Essa concepção é fundamental para entender os modos pelos quais o sujeito se constitui e organiza sua vida mental. O conflito psíquico, longe de ser uma anomalia, é constitutivo da subjetividade, resultante da tensão entre as forças pulsionais, as exigências da realidade e as instâncias normativas internalizadas. Nesse cenário, os mecanismos de defesa emergem como estratégias que o ego utiliza para lidar com as pressões internas e externas, permitindo certa estabilidade psíquica e funcionalidade subjetiva.

Trata-se, portanto, de um campo metapsicológico de suma importância na obra freudiana e em seus desdobramentos clínicos e teóricos posteriores.

Freud, ao longo de sua produção, procurou descrever e compreender os modos como o psiquismo tenta se proteger de experiências de desprazer ou de excitação insuportável. Já em *Neuropsicose da defesa* (Freud, 1894), o autor introduz a ideia de que a neurose é causada por uma defesa do ego contra representações intoleráveis. Mais tarde, na obra *O ego e os mecanismos de defesa* (Freud, A., 1976), Anna Freud sistematiza e amplia esses modos defensivos, nomeando-os como “mecanismos de defesa do ego”, ao destacar sua função protetora diante de ameaças internas (como impulsos inaceitáveis) ou externas (como frustrações ou exigências ambientais excessivas). Essa concepção funda um campo clínico e teórico que se tornaria crucial para a psicopatologia psicanalítica.

A defesa psíquica é, antes de tudo, um processo inconsciente. Como destaca Laplanche e Pontalis (1992), o mecanismo de defesa é “um processo de proteção do eu contra representações, afetos ou exigências que lhe parecem perigosas ou intoleráveis”.

Esses processos, embora invisíveis em seu funcionamento, manifestam-se nas formações do inconsciente, nos sintomas, nos sonhos, nos atos falhos e nas estruturas clínicas. Eles operam como compromissos entre o desejo e a censura, possibilitando que conteúdos recalcados se expressem de forma disfarçada, por exemplo, por meio de sintomas neuróticos. É por isso que Freud afirma, em *O inconsciente* (1915), que “o recalcado não retorna como foi recalcado”, mas sob a forma de formações substitutivas.

Entre os mecanismos de defesa descritos por Freud (1976), destaca-se a repressão, considerada o núcleo das defesas neuróticas. A repressão consiste na tentativa do ego de afastar da consciência impulsos, pensamentos ou memórias inaceitáveis, empurrando-os para o inconsciente. Porém, o conteúdo recalçado não desaparece; ele persiste na vida psíquica e retorna de maneira disfarçada, causando sintomas, sonhos ou lapsos.

É essa dinâmica que dá origem à clínica psicanalítica, cujo objetivo não é eliminar o sintoma, mas escutá-lo como expressão de um desejo recalçado. A repressão funda, assim, o próprio inconsciente, conforme a célebre fórmula de Freud: «o inconsciente é o reprimido» (Freud, 1915).

Outros mecanismos, igualmente relevantes, incluem a formação reativa, a projeção, a regressão, a negação, a racionalização e a sublimação. A formação reativa, por exemplo, ocorre quando o ego transforma um impulso inaceitável em seu oposto, como forma de defesa. Assim, um ódio reprimido pode manifestar-se como um excesso de zelo ou afeto. A projeção, por sua vez, consiste em atribuir a outrem desejos ou sentimentos que são, na verdade, do próprio sujeito. Esse mecanismo está presente, por exemplo, em delírios paranoides, mas também em situações cotidianas, como quando alguém atribui sua inveja ao outro.

A regressão é um retorno a estágios anteriores do desenvolvimento psicosssexual, frequentemente ativada em momentos de estresse ou trauma. O sujeito, diante de uma situação ameaçadora, recua para modos anteriores e mais primitivos de funcionamento. A negação, por sua vez, é o mecanismo pelo qual o sujeito recusa reconhecer uma realidade evidente, preservando-se assim de um afeto insuportável.

Na racionalização, há um esforço para justificar, com argumentos aparentemente lógicos, ações ou sentimentos inconscientes, encobrendo seu verdadeiro motivo. A sublimação, por fim, é considerada por Freud (1914) uma forma mais adaptativa de defesa, pois permite que a energia pulsional seja desviada para atividades socialmente valorizadas, como a arte, a ciência ou a cultura.

A psicanálise contemporânea, no entanto, não se limita à descrição desses mecanismos. Ela busca compreender como eles operam em articulação com as estruturas clínicas e os modos de constituição do sujeito. Klein (1991), por exemplo, reformula radicalmente a concepção de defesa ao afirmar que os mecanismos primitivos de defesa atuam desde os primeiros meses de vida, anterior ao complexo de Édipo. Klein (1991) destaca mecanismos como a cisão, a idealização e a identificação projetiva, que operam na posição esquizoparanóide, típica das fases iniciais do desenvolvimento infantil.

Nessa fase, o bebê divide os objetos em bons e maus, defendendo-se da angústia persecutória por meio da cisão e da projeção de partes intoleráveis do self nos objetos externos.

A identificação projetiva, por exemplo, é um mecanismo complexo que envolve a projeção de partes do self no outro, mas também uma tentativa de controlar ou manipular esse outro com base na parte projetada. Esse mecanismo está na base de muitas dinâmicas relacionais patológicas e é essencial para compreender as transferências intensas que ocorrem em certas psicoterapias. Já na posição depressiva, também descrita por Klein, os mecanismos de defesa tornam-se mais elaborados e o ego é capaz de reconhecer a ambivalência, lidar com sentimento de culpa e elaborar lutos (Kernberg, 1995).

Winnicott (2000) contribui com a compreensão das defesas como expressões do ambiente relacional. Para ele, a constituição do self depende da presença de um ambiente suficientemente bom, que permita ao bebê experimentar a continuidade do ser e desenvolver um ego coeso. Quando o ambiente é intrusivo ou falho, o bebê pode desenvolver um falso self, como forma defensiva de adaptação. Essa concepção amplia a noção de defesa para além do funcionamento intrapsíquico, introduzindo a dimensão ambiental e relacional como determinante para a formação do aparelho psíquico.

Lacan (1998), por sua vez, oferece uma perspectiva estrutural dos mecanismos de defesa, ao propor que eles não operam sobre conteúdos específicos, mas sobre a estrutura mesma do desejo e da linguagem. Para Lacan (1998), o recalque é constitutivo do sujeito, pois é o significante que o funda enquanto dividido. A defesa, nesse contexto, aparece como uma resposta ao trauma da entrada na linguagem e à perda do objeto de gozo. A forclusão, em exemplo, é um mecanismo específico da psicose, no qual um significante fundamental (o Nome-do-Pai) não é integrado ao simbólico, retornando no real sob a forma do delírio. Esse mecanismo não é um recalque, mas uma exclusão radical do simbólico, revelando outra forma de conflito estrutural.

A clínica psicanalítica contemporânea reconhece que os mecanismos de defesa não se limitam às neuroses. Em estruturas limítrofes, borderline ou estados psicóticos, a organização defensiva é diferente. Kernberg (1995), por exemplo, propõe a noção de organização borderline da personalidade, caracterizada pelo uso predominante de defesas primitivas, como a cisão, a negação e a identificação projetiva, em detrimento de defesas neuróticas como a repressão. Assim, isso implica uma compreensão dinâmica do conflito psíquico, em que o tipo de defesa mobilizada revela a estrutura e o grau de integração do ego.

Ademais disso, os mecanismos de defesa estão diretamente articulados à constituição do sintoma. O sintoma, na concepção freudiana, é uma formação de compromisso entre desejo e censura. Ele resulta do recalçamento e de sua tentativa de retorno, sendo uma solução provisória para o conflito. Como lembra Freud (1926), em *Inibição, sintoma e angústia*, o sintoma pode ser compreendido como “um substituto daquilo que foi reprimido, um modo de satisfação disfarçada do desejo recalçado”. Portanto, os mecanismos de defesa não apenas protegem o ego, mas também moldam as formas de sofrimento psíquico e os modos de gozo do sujeito.

A dinâmica do conflito psíquico implica, assim, uma luta constante entre diferentes instâncias do aparelho psíquico. O ego, situado entre o id, o superego e a realidade, tenta manter a coesão psíquica, lançando mão de defesas que, muitas vezes, geram efeitos sintomáticos. O conflito entre desejo e censura, entre gozo e interdição, entre pulsão e cultura, constitui o campo onde se desenrola a experiência subjetiva. Como afirma Roudinesco (2000), “a psicanálise é a ciência do conflito e do inconsciente: ela não visa eliminar o conflito, mas torná-lo pensável, simbolizável”.

De tal modo, Kernberg (1995) argumenta que é importante destacar que os mecanismos de defesa não são patológicos em si. Eles são condições da vida psíquica e da adaptação à realidade. Seu uso excessivo, rígido ou ineficaz é que pode gerar sofrimento e desorganização. A clínica psicanalítica visa, nesse sentido, ampliar a capacidade do sujeito de simbolizar seus conflitos, flexibilizar suas defesas e encontrar novas formas de lidar com o desejo e com a falta. O processo analítico torna possível o desvelamento dos mecanismos inconscientes, promovendo uma elaboração mais integrada das tensões psíquicas.

Em última análise, os mecanismos de defesa e a dinâmica do conflito psíquico constituem pilares fundamentais da teoria e da clínica psicanalítica. Eles oferecem instrumentos teóricos e clínicos para compreender o sofrimento humano, suas formas de expressão e suas possibilidades de transformação. A escuta do inconsciente, a atenção aos sintomas e o respeito à singularidade do sujeito são formas pelas quais a psicanálise acolhe a complexidade do conflito e aponta para uma ética do desejo e da responsabilidade subjetiva.

2.4 A SEXUALIDADE INFANTIL E O DESENVOLVIMENTO PSICOSSEXUAL

A concepção freudiana de sexualidade infantil constituiu, desde sua formulação, um dos pontos mais controversos, disruptivos e inovadores da psicanálise.

Ao propor que a sexualidade não é exclusiva da vida adulta e que sua manifestação não se inicia com a puberdade, mas desde os primeiros anos de vida, Freud rompe com o paradigma higienista e moralista do século XIX e inaugura uma nova compreensão do sujeito humano: um ser atravessado desde a infância por pulsões, desejos e conflitos inconscientes.

Em *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade* (Freud, 1905), Freud apresenta pela primeira vez, de forma sistematizada, a tese da sexualidade infantil. Para ele, o erotismo não é uma função exclusivamente genital, mas se manifesta através de zonas erógenas espalhadas pelo corpo da criança. A sexualidade infantil, nesse sentido, é polimorficamente perversa — termo técnico usado para indicar que, antes da constituição do superego e da organização genital, a criança é capaz de obter prazer em diferentes zonas corporais, sem restrições morais ou normativas. Essa formulação foi essencial para desconstruir a ideia de uma infância “inocente” ou “assexual”, predominante na cultura ocidental até então.

Freud (1905) também introduz a noção de fases do desenvolvimento psicosssexual — oral, anal, fálica, latência e genital —, que compõem uma trajetória complexa de amadurecimento e reorganização pulsional. Cada fase é caracterizada pela predominância de uma zona erógena e por formas específicas de relação com o objeto, o prazer e a realidade. A passagem de uma fase à outra depende das condições de satisfação pulsional, das relações objetais e dos conflitos intrapsíquicos vividos pela criança. Essas etapas não são apenas cronológicas, mas estruturantes da subjetividade, e os impasses nelas vividos podem deixar marcas que se manifestam na vida adulta sob a forma de sintomas, fixações ou regressões.

A fase oral, correspondente aproximadamente ao primeiro ano de vida, é marcada pela predominância da zona bucal como fonte de prazer. A amamentação, o contato com o seio materno e a sucção não apenas garantem a sobrevivência, mas instauram a primeira experiência de satisfação e de relação com o outro. Como assinala Green (1988), essa fase inaugura o laço simbiótico com a mãe e as primeiras formas de identificação. Já na fase anal, entre o segundo e o terceiro ano de vida, a criança passa a concentrar seu interesse na função de excreção. É nesse momento que surgem os conflitos em torno do controle esfinteriano, da obediência e da autonomia, frequentemente mediados pela educação parental. Segundo Reich (1933), a estrutura da personalidade neurótica pode ser moldada, em parte, por fixações nos modos de controle e prazer característicos dessa fase.

Na fase fálica, que ocorre entre os 3 e 6 anos, a criança descobre os órgãos genitais como fonte de excitação e prazer. É nesse momento que se configura o complexo de Édipo — eixo central da teoria psicanalítica do desenvolvimento —, no qual a criança investe libidinalmente um dos pais e rivaliza com o outro. A resolução do complexo de Édipo é essencial para a constituição do superego, da identidade de gênero e da inserção na cultura. Laplanche e Leclaire (1966) afirmam que o Édipo não é um acontecimento empírico apenas, mas uma estrutura simbólica que determina o modo como o sujeito se posiciona frente ao desejo, à interdição e à alteridade. A latência, que sucede a fase fálica, corresponde a um período de relativa calma pulsional, marcado pela sublimação, pela aquisição de habilidades cognitivas e sociais e pela introdução mais consolidada das normas sociais.

Finalmente, na fase genital, que se inicia na puberdade, ocorre a reorganização das pulsões em direção a objetos externos e à sexualidade adulta.

A teoria do desenvolvimento psicosssexual foi posteriormente criticada, ampliada e reformulada por diferentes autores. Erikson (1963), por exemplo, propôs um modelo epigenético do desenvolvimento humano, em que a sexualidade é uma das dimensões da formação da identidade, mas não a única. Em sua perspectiva, cada etapa do desenvolvimento está marcada por uma crise psíquica fundamental, cuja resolução contribui para a constituição do ego. A adolescência, por exemplo, seria o momento crítico da formação da identidade versus confusão de papéis.

Posto que mantenha vários conceitos freudianos, Erikson introduz o papel das influências socioculturais e históricas no desenvolvimento, o que contribui para uma visão mais ampliada e contextualizada do sujeito.

Winnicott (1958), por sua vez, desloca o foco da sexualidade para a relação mãe-bebê e para a função do ambiente. Para ele, antes da constituição do aparato pulsional propriamente dito, é preciso que o bebê encontre um ambiente suficientemente bom, capaz de sustentar a integração do ego e o amadurecimento emocional. A experiência de holding, isto é, o manejo físico e emocional por parte da mãe (ou de seu substituto), é essencial para que o bebê possa sentir-se real, seguro e em continuidade de ser. Embora não negue a importância da sexualidade, Winnicott propõe que ela deve ser pensada dentro de uma matriz mais ampla de cuidados, vínculos e experiências relacionais precoces.

Dolto (1985), em suas pesquisas sobre a linguagem e o corpo da criança, reforça a ideia de que a sexualidade infantil é atravessada por significações inconscientes e por marcas simbólicas. O autor insiste que o corpo da criança é um “corpo falante”, isto é, um corpo atravessado pela linguagem desde os primeiros momentos da vida. A sexualidade, nesse sentido, não é apenas um fenômeno biológico ou pulsional, mas também um campo de inscrições simbólicas, que articula desejo, lei, discurso e alteridade. Sua clínica com crianças reforça a importância de escutar os sintomas como expressão de conflitos psíquicos inconscientes ligados à sexualidade, às fantasias edípicas, às angústias de castração e às relações com os pais.

A teoria psicanalítica da sexualidade infantil também foi profundamente influenciada pelos estudos de Jean Laplanche, sobretudo a partir da Teoria da Sedução Generalizada. Em obras como *Novas fundações para a psicanálise* (1987), Laplanche (1987) propõe uma releitura do Édipo e da sexualidade infantil a partir da ideia de que o inconsciente do adulto envia mensagens enigmáticas à criança, que não é capaz de traduzi-las. Essas mensagens, muitas vezes sexualizadas, geram um enigma que funda o inconsciente da criança.

Destarte, a sexualidade infantil seria menos um impulso endógeno e mais o efeito da transmissão enigmática do desejo do outro. Essa concepção desloca o foco da pulsão para a alteridade e para a transmissão intergeracional do inconsciente.

André (1996) e Soler (2000), por sua vez, oferecem leituras lacanianas da sexualidade infantil, acentuando sua estrutura simbólica e sua articulação com o falo como significante do desejo. A sexualidade infantil, nessa perspectiva, é sempre marcada pela castração simbólica, ou seja, pela impossibilidade de totalizar o gozo ou de preencher a falta constitutiva do sujeito. Para Lacan, não existe relação sexual plena ou complementaridade entre os sexos no inconsciente; há, sim, um mal-entendido estruturante, uma assimetria fundamental, que estrutura o desejo e a posição sexuada do sujeito.

Na atualidade, o campo da psicanálise se vê desafiado por novas formas de subjetivação e por rearranjos familiares e sociais que exigem revisões e atualizações do modelo clássico de desenvolvimento psicosssexual. A diversidade de expressões de gênero, as novas configurações parentais, os discursos feministas e queer, entre outros, convocam a psicanálise a repensar a universalidade de certos conceitos, como o Édipo ou a castração. Butler (1990), embora não psicanalista, lança críticas importantes à matriz heteronormativa da psicanálise freudiana, propondo uma desconstrução dos binarismos de gênero e da naturalização da sexualidade.

No entanto, diversos psicanalistas contemporâneos têm buscado manter o núcleo conceitual da sexualidade infantil sem cair em reducionismos biológicos ou determinismos culturais. Chasseguet-Smirgel (1984), por exemplo, argumenta que a sexualidade infantil é uma estrutura permanente do psiquismo, que persiste ao longo da vida sob formas sublimadas ou deslocadas. Ela insiste que o trabalho psicanalítico deve manter-se atento à presença do infantil no adulto, à persistência do desejo inconsciente e à dinâmica de satisfação pulsional que escapa às normas sociais.

Ademais disso, é importante destacar o papel da cultura e da linguagem na constituição da sexualidade. A criança não apenas vive experiências corporais e pulsionais, mas também é inserida em um campo simbólico que define o que é permitido, interditado, nomeado ou silenciado.

Como afirma Legendre (1992), o humano é um ser que nasce dentro de uma filiação simbólica, e é essa filiação que orienta sua entrada na sexualidade e na genealogia. A sexualidade infantil, portanto, não é uma instância puramente natural ou instintiva, mas uma construção psíquica complexa, marcada por interditos, fantasias, palavras e gestos.

Nesse sentido, a clínica psicanalítica com crianças e adolescentes exige um manejo delicado e rigoroso, atento às singularidades do desejo, às fantasias inconscientes e aos modos de constituição do sintoma. A escuta analítica deve considerar não apenas os conteúdos manifestos, mas também os enigmas do discurso, os lapsos, os atos e os silêncios. Como sustenta Mannoni (1999), a criança é um sujeito do inconsciente, e sua fala não pode ser reduzida à lógica pedagógica ou pedagógica. A psicanálise oferece, assim, um espaço de elaboração e simbolização da sexualidade infantil, permitindo que o sujeito possa construir seu próprio percurso de desejo.

Destarte, é perceptível que, com base nesses estudos, a sexualidade infantil e o desenvolvimento psicosssexual constituem uma das contribuições mais revolucionárias da psicanálise à compreensão do ser humano. Longe de uma visão moralista ou biologizante, a psicanálise propõe que o desejo é estruturado desde a infância, que o corpo é erotizado pela linguagem e que o sujeito se forma na interseção entre pulsão, lei e alteridade.

Os contributos de Freud, Laplanche, Dolto, Winnicott, Erikson e tantos outros autores mostram que a sexualidade infantil é um campo de intensas elaborações teóricas, cuja riqueza continua a iluminar a prática clínica e a teoria psicanalítica contemporânea.

2.5 A INFLUÊNCIA DO INCONSCIENTE E A NATUREZA DOS DESEJOS

Desde suas formulações inaugurais, a psicanálise propõe uma compreensão radicalmente inovadora do ser humano ao afirmar a existência de uma instância psíquica inconsciente, que escapa ao controle da razão e governa parte significativa dos comportamentos, pensamentos, emoções e, sobretudo, dos desejos. Freud, em suas primeiras obras, rompe com o paradigma racionalista e cartesiano ao introduzir a ideia de que a consciência não é soberana. Em vez disso, há processos inconscientes que orientam nossas escolhas e ações de forma enigmática.

Como ele afirma em *A Interpretação dos Sonhos* (Freud, 1900), o inconsciente é o lugar do desejo, um reservatório pulsional cuja lógica própria se manifesta por vias indiretas: sonhos, atos falhos, sintomas, chistes.

Essa concepção implicou uma reconfiguração epistemológica profunda. O sujeito não é mais transparente a si mesmo, mas habitado por forças psíquicas que operam fora do alcance da consciência. Freud (1915), nos textos metapsicológicos, define o inconsciente como um sistema regido pelo processo primário, onde vigora o princípio do prazer, a atemporalidade, a condensação e o deslocamento.

Tais características apontam para um funcionamento psíquico que obedece a leis distintas da razão lógica. A partir disso, o desejo passa a ser compreendido como algo que não é inteiramente acessível à consciência e que se articula a partir da repressão e do recalco, formando o sintoma como compromisso entre o desejo reprimido e a defesa psíquica.

O desejo, nesse sentido, não é uma vontade consciente de algo específico, mas um movimento do sujeito em direção a um objeto perdido, ausente ou interdito. O conceito de desejo está intrinsecamente ligado à noção de falta. O sujeito deseja não aquilo que lhe falta em termos objetivos, mas aquilo que representa uma perda constitutiva, um objeto impossível de ser plenamente alcançado. Freud (1920) aprofunda essa perspectiva em *Além do princípio do prazer*, ao introduzir a pulsão de morte e demonstrar que o desejo também pode se articular em formas destrutivas, repetitivas e auto-sabotadoras.

O inconsciente, então, não é apenas o repositório do desejo sexual reprimido, mas também o palco de tensões entre pulsões de vida e de morte.

Lacan, ao retomar Freud sob a luz da linguística estrutural e do pensamento filosófico francês do século XX, formula o famoso axioma: “o desejo é o desejo do Outro” (Lacan, 1958). Com isso, ele enfatiza que o desejo não é natural, mas estruturado simbolicamente. Desde o nascimento, o sujeito é inserido em uma rede de significantes que moldam suas possibilidades de desejar. O desejo surge no campo do Outro — entendido como linguagem, cultura, lei — e, por isso, é sempre desejo mediatizado, nunca inteiramente autêntico ou espontâneo. Ao entrar na linguagem, o sujeito é castrado da possibilidade de total satisfação, e essa perda inaugura o desejo como movimento interminável.

Essa concepção lacaniana amplia a teoria do inconsciente freudiano ao situá-la no registro simbólico. O inconsciente, para Lacan, é o discurso do Outro — ou seja, é estruturado como uma linguagem. Isso implica que o desejo não pode ser separado do campo da significação, das marcas simbólicas que atravessam o sujeito. Nesse sentido, a análise busca revelar a estrutura significativa do desejo inconsciente, evidenciando como os sintomas são formações substitutivas desse desejo reprimido.

Lacan também introduz a distinção entre demanda, necessidade e desejo, mostrando que o desejo nunca é plenamente articulável em palavras, pois sua natureza é a da falta-a-ser (*manque-à-être*), conforme apresentado no Seminário 11 (Lacan, 1973).

A natureza do desejo, portanto, é marcada por sua inatingibilidade. O sujeito deseja o que não tem, e o objeto do desejo é um “objeto perdido” que nunca esteve lá — o *objeto a*, como Lacan formula. O *objeto a* não é um objeto concreto, mas um

objeto causa do desejo, que opera como furo na estrutura simbólica, como resto inassimilável. Essa concepção subverte a ideia de que o desejo pode ser plenamente satisfeito. Pelo contrário, o desejo é sempre desejo de desejar, e a análise não visa realizar o desejo, mas possibilitar que o sujeito se responsabilize por ele e encontre um modo singular de se articular com sua falta.

Na tradição analítica, outros autores também propuseram desenvolvimentos importantes sobre o desejo e o inconsciente. Jung, por exemplo, embora tenha divergido de Freud quanto à centralidade da sexualidade, reconhece o inconsciente como um campo ativo e criativo, onde os desejos se expressam em imagens arquetípicas e símbolos coletivos (Jung, 1964).

Para ele, o desejo pode ser canalizado para a individuação, isto é, para o processo de realização do Self. Embora se afaste da teoria freudiana em muitos aspectos, Jung oferece uma visão ampliada do inconsciente como dimensão psíquica dinâmica e produtora de sentido, não apenas como repositório de conteúdos reprimidos.

Žižek (1999) retoma a noção de desejo inconsciente para pensar a subjetividade política e ideológica no capitalismo tardio. Para Žižek, o desejo é capturado pelas engrenagens da ideologia, que oferece objetos de consumo como falsas promessas de satisfação. O capitalismo, segundo ele, é um regime que estimula o desejo ao mesmo tempo em que impede sua realização.

Nesse cenário, o sujeito vive em constante frustração, o que sustenta a lógica do consumo infinito. A psicanálise, ao revelar a estrutura faltosa do desejo, atua como crítica à ilusão de completude oferecida pela cultura do capital.

Birman (2006) também contribui para essa discussão ao refletir sobre os novos paradigmas do sofrimento psíquico na contemporaneidade. Ele argumenta que os sujeitos atuais vivem sob o imperativo da felicidade e da performance, o que produz formas de sofrimento ligadas à impossibilidade de desejar livremente. A exigência de satisfação constante reprime a dimensão trágica e ambivalente do desejo, conduzindo a sintomas como depressão, apatia e vazio existencial.

Birman frisa a necessidade de resgatar o desejo como potência de criação subjetiva, como força que move o sujeito para além dos ideais normativos.

Dunker (2015), por sua vez, observa que o desejo, ao ser constantemente traduzido em objetivos de consumo e sucesso, perde sua dimensão enigmática e passa a ser tratado como um problema a ser resolvido. A psicanálise, nesse contexto, se torna uma forma de resistência ética e política, pois sustenta a legitimidade do sofrimento e a complexidade do desejo.

Dunker propõe uma clínica do reconhecimento, na qual o sujeito pode escutar seus próprios impasses e encontrar modos singulares de lidar com sua história e seus desejos. Isso implica desfazer identificações alienantes e construir novas formas de laço social.

A influência do inconsciente na constituição da subjetividade é, assim, inegável. Ele não apenas condiciona os sintomas e os atos falhos, mas estrutura o modo como o sujeito se relaciona com os outros, com o mundo e consigo mesmo. O desejo inconsciente atravessa as escolhas amorosas, as vocações, os vínculos afetivos e até as decisões aparentemente racionais. A clínica psicanalítica, ao se propor como lugar de escuta do desejo, permite que o sujeito se reencontre com o enigma de sua própria existência e possa ressignificar seu sofrimento.

Ademais do campo clínico, a noção de inconsciente e desejo também influencia outras áreas do conhecimento, como a literatura, a arte, a filosofia e a sociologia. Deleuze e Guattari (1972), ainda que críticos da psicanálise tradicional, reconhecem a importância do inconsciente como força produtiva. Para eles, o desejo é potência de criação, fluxo intensivo que pode romper com as estruturas de controle. Embora adotem uma perspectiva diferente de Freud e Lacan, os filósofos franceses expandem a noção de desejo para além da falta, concebendo-o como força afirmativa.

Roudinesco (2007), historiadora da psicanálise, reforça a ideia de que o inconsciente é uma invenção teórica que marca uma ruptura epistemológica e cultural. Ao introduzir o inconsciente, Freud cria uma nova linguagem para pensar a subjetividade moderna. A partir daí, o sujeito se torna um campo de forças, de desejos contraditórios e de lógicas que escapam à racionalidade. Essa visão repercute na crítica cultural, na literatura e nas artes, onde o desejo é representado como enigma, transgressão ou ausência.

A psicanálise, ao reconhecer essa complexidade, oferece uma leitura singular da experiência humana.

A compreensão da natureza do desejo também envolve a distinção entre desejo e gozo, proposta por Lacan. Enquanto o desejo é estruturado pela falta, o gozo (*jouissance*) refere-se a uma satisfação que excede o princípio do prazer, frequentemente associada à dor, à repetição e à transgressão.

O gozo é, assim, aquilo que o sujeito busca, mas que também o destrói. A clínica lacaniana procura articular o sujeito ao seu desejo de forma que ele possa se separar do gozo mortífero e se responsabilizar por seus significantes. Isso evidencia o papel ético da análise: sustentar o desejo sem cair na ilusão da completude.

Contemporaneamente, a emergência de novas formas de subjetivação também exige um repensar da relação entre inconsciente e desejo. A virtualização das relações, o uso intensivo de tecnologias e a cultura da exposição constante alteram as formas de expressão do desejo e dificultam a escuta do inconsciente. A análise deve, portanto, se adaptar a novos contextos, sem perder a radicalidade de sua escuta. Como afirma Safatle (2015), a psicanálise é uma prática que desafia o modelo neoliberal de subjetividade ao reconhecer a opacidade do sujeito e a legitimidade do sofrimento psíquico.

Posto isto, a influência do inconsciente e a natureza dos desejos permanecem como pilares da teoria psicanalítica. O desejo, ao ser pensado como falta, como movimento, como articulação simbólica, revela a incompletude constitutiva do sujeito. O inconsciente, como campo de forças que escapa ao saber consciente, exige uma escuta atenta, uma ética da não-intervenção e uma disposição para o desconhecido. A psicanálise, ao sustentar essa escuta, continua sendo uma ferramenta potente para a compreensão do humano em sua complexidade, contradição e potência criadora.



3. METODOLOGIA

A construção da presente monografia fundamenta-se em uma abordagem qualitativa de carácter exploratório, com ênfase na revisão bibliográfica. Este percurso metodológico se justifica pela natureza do objeto de estudo — a teoria psicanalítica e sua constituição epistemológica e histórica — e pela complexidade própria dos conceitos que a constituem, os quais demandam análise interpretativa, compreensão profunda e diálogo crítico com os textos clássicos e contemporâneos da área.

A psicanálise, enquanto campo de saber e prática clínica, insere-se em um território epistemológico que requer uma abordagem compreensiva, não redutível a quantificações ou generalizações estatísticas, mas centrada na densidade dos sentidos, das narrativas e das construções simbólicas.

A opção por uma abordagem qualitativa responde à própria lógica da psicanálise enquanto método interpretativo do sujeito, de sua história e de seu inconsciente.

Como destaca Minayo (2012, p. 23), a pesquisa qualitativa busca interpretar fenômenos em seus contextos naturais e compreender os significados atribuídos por seus protagonistas. Embora esta monografia não inclua pesquisa empírica, mantém-se fiel à epistemologia qualitativa na medida em que privilegia a análise de conteúdos simbólicos, conceituais e discursivos dos textos estudados.

A proposta não visa descrever fenômenos observáveis, mas explorar as categorias fundamentais da teoria psicanalítica tal como foram produzidas, tensionadas e desenvolvidas na literatura científica especializada.

A revisão bibliográfica foi selecionada como método principal de investigação, pois permite o levantamento sistemático, a análise crítica e a articulação de conceitos desenvolvidos por diferentes autores, ao longo de distintas tradições e contextos históricos.

Segundo Gil (2017, p. 44), a revisão bibliográfica “procura explicar um problema a partir de referências teóricas publicadas em documentos, como livros, artigos científicos e dissertações”. Ao privilegiar essa estratégia, este trabalho dialoga diretamente com as fontes primárias e secundárias da psicanálise, estabelecendo nexos teóricos entre os autores fundadores (como Freud, Lacan e Winnicott) e

pensadores contemporâneos (como Laplanche, Dolto, Chasseguet-Smirgel, entre outros), visando uma visão mais abrangente e crítica da construção do saber psicanalítico.

A seleção das fontes bibliográficas seguiu critérios de qualidade científica, relevância teórica e representatividade no campo da psicanálise. Foram priorizadas obras clássicas — consideradas fundacionais do corpus psicanalítico —, como os textos de Sigmund Freud organizados na *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas*, bem como os seminários e escritos de Jacques Lacan, os estudos clínicos de Donald Winnicott e os trabalhos teóricos de Melanie Klein.

Paralelamente, foram incluídos estudos contemporâneos que realizam releituras, ampliações ou críticas aos pressupostos clássicos, de modo a atualizar o debate e tensionar os limites do campo. Textos acadêmicos publicados em periódicos com qualificação CAPES, dissertações e teses também foram considerados, desde que alinhados à discussão teórica pretendida.

Para garantir um panorama plural da literatura, realizou-se um levantamento sistemático em bases de dados acadêmicas como SciELO, PePSIC, BVS-Psi, JSTOR, PsycINFO e Google Scholar, com o cruzamento de palavras-chave como “psicanálise”, “sexualidade infantil”, “aparelho psíquico”, “complexo de Édipo”, “mecanismos de defesa”, “inconsciente”, entre outras.

A partir desse levantamento, foram selecionadas cerca de 60 obras, das quais 40 compõem o corpus bibliográfico final utilizado na análise e discussão dos capítulos. A inclusão de autores de diferentes linhas da psicanálise — freudiana, kleiniana, winnicottiana, lacaniana, entre outras — permite uma visão mais ampla e crítica das divergências teóricas internas ao campo, aspecto central em uma revisão de caráter formativo.

Do ponto de vista procedimental, a análise bibliográfica seguiu três etapas principais: (1) mapeamento e leitura exploratória das obras selecionadas; (2) leitura analítica e fichamento temático dos conteúdos; (3) sistematização crítica dos dados teóricos a partir dos objetivos da pesquisa. O fichamento permitiu a identificação das categorias teóricas centrais e das principais controvérsias entre os autores, subsidiando a construção de cada capítulo com base em argumentos consistentes e bem referenciados.

O critério de inclusão de fontes também levou em conta a atualidade das discussões, especialmente no que se refere às novas configurações subjetivas contemporâneas, às críticas feministas e aos diálogos interdisciplinares que envolvem a psicanálise em sua interface com a educação, a cultura e a linguagem.

A natureza do objeto — a constituição do saber psicanalítico e a sexualidade infantil como núcleo epistemológico — também exigiu uma atenção à historicidade dos conceitos. Por essa razão, a abordagem adotada assume um viés hermenêutico, entendido como um método de interpretação dos significados históricos e simbólicos dos textos analisados. Como afirma Gadamer (1999), a hermenêutica filosófica não visa a simples reconstrução do sentido original de um texto, mas sua fusão de horizontes com a realidade do intérprete.

Neste sentido, a leitura das obras psicanalíticas não se limita à repetição dogmática das teorias, mas busca sua reinterpretação crítica à luz dos desafios contemporâneos e das transformações culturais que tensionam os fundamentos da subjetividade moderna.

A epistemologia psicanalítica também impõe um método próprio de análise, em que o texto não é apenas uma fonte de informação, mas uma formação do inconsciente. Segundo Ricoeur (1970), a psicanálise pode ser compreendida como uma hermenêutica da suspeita, que visa revelar o não-dito, o latente, o reprimido no discurso manifesto. Essa perspectiva foi levada em consideração na leitura das obras freudianas e pós-freudianas, de modo a privilegiar não apenas o conteúdo explícito das formulações, mas também os impasses, contradições e silêncios que atravessam o discurso teórico.

Tal postura crítica é coerente com o espírito da própria psicanálise, que se constrói como saber inconcluso, aberto à revisão e à resignificação permanente.

Do ponto de vista ético, por se tratar de uma pesquisa exclusivamente teórica, não houve necessidade de submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa. Entretanto, foram respeitados todos os princípios de integridade acadêmica, com especial atenção à fidedignidade das citações, à correta atribuição de autoria e à transparência quanto às fontes consultadas. A metodologia da revisão bibliográfica, nesse contexto, não exige o pesquisador de responsabilidades éticas, sobretudo no que tange à honestidade intelectual e à precisão na reprodução dos argumentos dos autores lidos.

Cumpramos destacar ainda que o uso de traduções foi realizado com critério técnico, optando-se preferencialmente por edições consagradas no meio acadêmico e com reconhecimento entre especialistas da área. Em casos específicos, foram confrontadas traduções distintas para garantir a fidelidade conceitual dos termos psicanalíticos, especialmente quando se tratava de categorias como “pulsão” (*Trieb*), “inconsciente” (*Unbewusst*), “recalque” (*Verdrängung*), “transferência” (*Übertragung*), entre outras, cujo significado exige precisão terminológica.

Outrossim, foram consultados glossários técnicos como o *Vocabulário de Psicanálise* de Laplanche e Pontalis (1988), referência fundamental para a compreensão dos conceitos psicanalíticos em sua dimensão teórica e clínica.

Por final, a estrutura textual da monografia foi organizada a partir de um encadeamento lógico dos temas, obedecendo a uma coerência interna entre os capítulos e as seções. Após a introdução, que apresenta o problema de pesquisa, a justificativa, os objetivos e a delimitação do tema, desenvolve-se a fundamentação teórica, que traça o percurso histórico e epistemológico da psicanálise.

Na sequência, os capítulos centrais abordam os conceitos fundadores da teoria, como o aparelho psíquico, os mecanismos de defesa, a dinâmica do inconsciente e o desenvolvimento psicosexual. A metodologia, ora descrita, apresenta as bases epistemológicas e procedimentais do estudo, enquanto as considerações finais sistematizam os principais resultados teóricos e sugerem desdobramentos para futuras investigações.

A revisão bibliográfica aqui empreendida, portanto, não se limita à exposição de conceitos ou à repetição de autores, mas se constitui como um exercício de análise crítica, de reconstrução argumentativa e de interlocução entre diferentes perspectivas teóricas. Por meio desse processo, buscou-se construir um panorama abrangente da psicanálise enquanto campo de saber, destacando sua complexidade, suas contradições internas e sua potência interpretativa para compreender o sujeito humano em sua dimensão inconsciente, desejante e histórica.



4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A construção de um referencial teórico em uma pesquisa de natureza bibliográfica exige, antes de tudo, um posicionamento epistemológico rigoroso frente ao objeto de estudo. No caso da presente monografia, a opção pela psicanálise como eixo temático não implica apenas uma escolha disciplinar, mas a adoção de uma linguagem conceitual e de um campo interpretativo que ultrapassa as fronteiras da psicologia clínica tradicional.

Desde sua formulação inicial por Sigmund Freud no final do século XIX, a psicanálise se estabeleceu como um saber interdisciplinar, que integra concepções oriundas da medicina, da filosofia, da antropologia, da sociologia e da linguística. Assim, pensar a psicanálise exige revisitar seus conceitos fundantes e também compreender a complexidade de sua trajetória, a pluralidade de suas escolas e a atualidade de seus desdobramentos teóricos e clínicos. O referencial teórico aqui apresentado visa fornecer os fundamentos conceituais e analíticos necessários para sustentar uma discussão abrangente sobre a psicanálise em sua constituição histórica, suas categorias centrais e seus impasses contemporâneos.

A obra de Freud ocupa, evidentemente, o centro dessa arquitetura conceitual. Considerado o fundador da psicanálise, Freud propôs uma radical transformação na compreensão do sujeito moderno ao introduzir a noção de inconsciente como instância psíquica autônoma, estruturada segundo princípios próprios e dotada de um funcionamento distinto da consciência. Sua vasta produção, que inclui textos clínicos, metapsicológicos, culturais e antropológicos, será mobilizada para sustentar os conceitos de aparelho psíquico, pulsão, recalçamento, fantasia, transferência, desejo, entre outros.

Tais noções serão analisadas principalmente a partir de obras como *A interpretação dos sonhos* (1900), *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade* (1905), *O ego e o id* (1923) e *O mal-estar na civilização* (1930). Freud será, portanto, a base teórica primordial da presente investigação, permitindo o resgate de sua epistemologia original e de sua prática clínica inaugural.

Contudo, o pensamento freudiano não será abordado de forma isolada. A psicanálise desenvolveu-se ao longo do século XX por meio de diversas escolas, reformulações e críticas internas. Nesse sentido, a contribuição de Jacques Lacan será

fundamental para a ampliação e problematização de alguns conceitos freudianos. Lacan propôs um retorno a Freud por meio da linguística estrutural, da filosofia e da lógica matemática, reformulando categorias como inconsciente, desejo, lei e sujeito.

A leitura lacaniana do inconsciente como estruturado como uma linguagem (Lacan, 1966) permitiu situar o desejo no campo do Outro, concebido como linguagem, cultura e alteridade. Suas formulações serão especialmente mobilizadas na discussão sobre a estrutura do sujeito, a distinção entre demanda e desejo, o conceito de *objeto a* e a teoria dos registros Real, Simbólico e Imaginário. A referência aos Seminários de Lacan, sobretudo os livros I, VII e XI, será de extrema importância para sustentar os argumentos da monografia em relação à clínica, à ética e à teoria do desejo.

Outro autor a ser mobilizado é Carl Gustav Jung, cuja ruptura com Freud produziu uma vertente própria da psicanálise: a psicologia analítica. Apesar das diferenças teóricas substanciais — como a rejeição da centralidade da sexualidade infantil e do complexo de Édipo — Jung também concebe o inconsciente como estrutura autônoma e como força organizadora da subjetividade. Seu conceito de inconsciente coletivo, composto por arquétipos universais, introduz uma dimensão simbólica e mítica à compreensão da psique. Embora a monografia não se debruce de maneira exaustiva sobre a obra junguiana, ela será considerada pontualmente como contraponto hermenêutico, principalmente nos aspectos que envolvem o desejo, a linguagem simbólica e a formação dos afetos.

Ademais dos autores clássicos, este trabalho também se fundamenta em teóricos contemporâneos que atuam tanto na sistematização quanto na crítica da tradição psicanalítica. Entre eles, destaca-se Elisabeth Roudinesco, historiadora da psicanálise, cuja obra oferece uma leitura crítica e historiográfica do movimento psicanalítico, bem como da biografia de Freud e de seus principais discípulos. Roudinesco (2007) propõe uma avaliação da psicanálise como fenômeno cultural e político, abordando seus enfrentamentos com a medicina, a psiquiatria e os regimes de poder.

Sua análise será importante para contextualizar a institucionalização da psicanálise e seus embates teóricos ao longo do século XX.

Vladimir Safatle será outro autor de relevância, sobretudo por articular a psicanálise com a crítica política e social. Safatle (2015) compreende o inconsciente como campo de desestabilização da subjetividade neoliberal e propõe uma escuta que reconheça o sofrimento como modo legítimo de resistência. Suas reflexões serão mobilizadas especialmente na discussão sobre a atualidade da psicanálise e sua capacidade crítica frente à cultura contemporânea. Em diálogo com ele, autores como Joel Birman e Christian Dunker também serão referenciados. Birman (2006) analisa as novas formas de subjetivação no capitalismo pós-moderno, com foco nas manifestações depressivas, ansiosas e nas formas de retraimento subjetivo.

De sua parte, Dunker (2015) propõe uma arqueologia das práticas clínicas e problematiza o lugar da psicanálise na saúde pública, na educação e nas instituições contemporâneas.

O referencial teórico também inclui Slavoj Žižek, autor esloveno que combina teoria lacaniana e crítica marxista. Sua leitura do desejo e da ideologia será útil para ampliar a compreensão sobre o inconsciente político e os mecanismos de captura do desejo pelo discurso capitalista. Žižek (1999) argumenta que a psicanálise lacaniana permite desconstruir as promessas ideológicas de completude e felicidade, revelando o lugar estrutural da falta na constituição do sujeito. Essa perspectiva será especialmente importante na parte da monografia que trata das críticas e desdobramentos da psicanálise.

Com base nesses autores, serão desenvolvidos os seguintes eixos temáticos da fundamentação teórica. Primeiramente, será apresentado um panorama histórico e epistemológico da psicanálise, abordando o contexto de sua emergência, os impasses com a ciência médica e as inovações conceituais que a distinguem das psicologias tradicionais. Essa seção introduzirá a concepção freudiana de inconsciente, a ruptura com a hipnose, o desenvolvimento da técnica associativa e os primeiros casos clínicos, como o de Anna O. e Dora, que marcaram o nascimento da psicanálise como prática.

Em seguida, serão abordados os fundamentos teóricos do aparelho psíquico e suas instâncias — Id, Ego e Superego — conforme descritos na segunda tópica freudiana, formulada em 1923. Nessa parte, o texto discutirá a constituição dinâmica da mente, a relação entre pulsões e defesas, a importância das censuras internas e a economia libidinal. Também será feita uma articulação com autores contemporâneos para atualizar os desdobramentos da teoria metapsicológica freudiana em contextos institucionais e culturais diversos.

O capítulo seguinte explorará os mecanismos de defesa e a dinâmica do conflito psíquico. Com base na obra de Anna Freud (1936) e outras autoras como Melanie Klein e Winnicott, o texto discutirá como o Eu se defende da angústia por meio de processos como a negação, a projeção, a repressão e a sublimação. A relevância desses mecanismos na constituição da subjetividade, nas neuroses e nas psicoses será tratada com profundidade, destacando sua implicação clínica e sua interface com o mal-estar cultural.

Outro eixo relevante do referencial será a discussão sobre a sexualidade infantil e o desenvolvimento psicossocial. Aqui, os conceitos de pulsão parcial, complexo de Édipo, castração, fase fálica e organização genital serão retomados a partir da teoria freudiana e de seus críticos. Será dado destaque à leitura lacaniana do Édipo e à função do Nome-do-Pai como operador simbólico de estruturação subjetiva.

As críticas feministas e queer à teoria da sexualidade também serão brevemente mencionadas, a fim de problematizar a universalidade dos modelos normativos construídos pela psicanálise clássica.

Finalmente, será aprofundada a análise sobre o desejo e o inconsciente, com base na tradição freudiana-lacaniana, mas também incluindo contribuições filosóficas e políticas contemporâneas. O desejo será entendido como força estruturante da subjetividade, indissociável da linguagem e da falta, e a análise será apresentada como uma prática de escuta que visa a responsabilização ética do sujeito por seu desejo inconsciente. Também será considerada a articulação entre desejo e gozo, a função do objeto a e os impasses da satisfação.

Esta fundamentação teórica, portanto, não pretende esgotar a complexidade da psicanálise, mas fornecer um mapa conceitual sólido, coerente e plural para sustentar as análises desenvolvidas nos capítulos seguintes. Ao mobilizar autores clássicos e contemporâneos, reconhece-se a vitalidade da psicanálise como saber em movimento, capaz de dialogar com a clínica, com a cultura e com a crítica social. Trata-se de uma aposta em uma leitura rigorosa e ao mesmo tempo aberta à diversidade das experiências subjetivas, reafirmando a importância da psicanálise como ferramenta de escuta, de interpretação e de resistência.

4.1 A PSICANÁLISE COMO PRÁTICA CLÍNICA E PENSAMENTO CRÍTICO

A psicanálise, desde seus primórdios, constituiu-se simultaneamente como prática clínica e como teoria crítica da subjetividade. Essa duplicidade, longe de ser uma ambiguidade, revela a profundidade e a complexidade do campo psicanalítico, que se desenvolve na interface entre escuta terapêutica e interpretação cultural. Em Freud, já se pode perceber esse duplo movimento: ao mesmo tempo em que constrói um método para tratar o sofrimento psíquico, ele propõe uma nova maneira de pensar o sujeito, os laços sociais e os impasses civilizatórios.

Como afirma Ricoeur (1970), a psicanálise não é apenas uma ciência do inconsciente, mas também uma hermenêutica da cultura, um discurso que interroga as estruturas simbólicas e os efeitos de linguagem que constituem a experiência humana. A clínica freudiana, portanto, não pode ser dissociada de sua função crítica: ela opera no nível do sintoma individual, mas também denuncia os mecanismos sociais de repressão, exclusão e normalização.

Na escuta analítica, o que se coloca em jogo não é somente a cura de um sintoma isolado, mas a reconstrução simbólica da história subjetiva, a elaboração de traumas e a reconfiguração do desejo. A clínica psicanalítica pressupõe que o sofrimento não se reduz ao orgânico, ao comportamental ou ao estatístico. Ele é,

antes de tudo, um enigma a ser interpretado, um sintoma que fala em nome de algo recalcado, esquecido ou negado. Como destaca Freud (1912), o analista não trata um organismo, mas um sujeito dividido, habitado por conflitos inconscientes que emergem na transferência e resistem à simbolização.

Nesse sentido, a prática clínica não é apenas técnica, mas ética: ela exige do analista uma escuta atenta ao que escapa, ao que se repete, ao que se silencia.

Lacan, ao retomar Freud a partir da linguística estrutural, reforça essa perspectiva ao afirmar que o inconsciente é estruturado como uma linguagem (Lacan, 1966). Isso significa que os sintomas, os sonhos e os atos falhos não são ruídos do sistema, mas mensagens cifradas que expressam uma verdade subjetiva. A clínica, nesse horizonte, consiste em escutar os efeitos de sentido que emergem da fala do analisante e interpretar as formações do inconsciente como atos significantes. Lacan introduz ainda o conceito de sujeito do significante, um sujeito que não coincide consigo mesmo, que é efeito de uma cadeia simbólica e que se constitui pela falta.

Essa concepção de sujeito implica uma escuta que não se limita ao conteúdo manifesto da fala, mas se dirige àquilo que nela escapa, falha ou se repete. A prática clínica, nesse contexto, é um exercício de descentramento, de abertura à alteridade e à singularidade da experiência subjetiva.

Essa dimensão ética da psicanálise encontra ressonância em autores contemporâneos como Dunker (2015), que afirma que a clínica analítica deve se constituir como um espaço de acolhimento do sofrimento singular, em contraposição às lógicas normativas e produtivistas da sociedade atual.

Para Dunker (2015), a escuta psicanalítica resiste às formas contemporâneas de medicalização da vida, que reduzem o sujeito a um conjunto de sintomas padronizados ou a um diagnóstico DSM. A psicanálise, ao contrário, reconhece a complexidade da subjetividade, sua historicidade e sua opacidade. Ela não propõe a adaptação do sujeito a um ideal de normalidade, mas a construção de uma narrativa própria, de um lugar simbólico em que o sujeito possa se implicar em sua própria história.

A ética da psicanálise, nesse sentido, é também uma ética do desejo. Lacan (1959-1960) insiste que a única ética possível para a psicanálise é a ética do desejo, isto é, a ética de sustentar o desejo como motor da existência e de não ceder diante dele.

Isso implica que o analista não impõe normas, não dirige a vida do analisante, mas sustenta um lugar de escuta em que o desejo possa emergir como força criativa. Essa ética se opõe à moralidade normativa e à lógica utilitarista que caracteriza muitos discursos contemporâneos sobre saúde mental. O analista, nesse contexto, opera como alguém que escuta o sofrimento sem patologizá-lo, que acompanha o sujeito em sua travessia do deserto simbólico sem conduzi-lo a um oásis predeterminado.

A dimensão crítica da psicanálise não se restringe ao consultório. Desde Freud, ela se constituiu como um discurso que interpela a cultura, a política, o direito e a educação. Em *O mal-estar na civilização* (1930), Freud analisa os impasses entre os impulsos pulsionais e as exigências da cultura, mostrando como o progresso civilizatório exige renúncias que geram sofrimento. Essa leitura foi retomada por autores como Marcuse (1955), que interpreta a repressão cultural como condição de possibilidade para a dominação social.

Mais recentemente, Žižek (1999) combina Lacan, Hegel e Marx para mostrar como o sujeito contemporâneo está capturado por uma lógica de gozo e de excesso que o aliena e o impede de se constituir de modo ético. Para Žižek, a psicanálise é uma ferramenta teórica potente para denunciar os impasses ideológicos do neoliberalismo, que transforma o desejo em mercadoria e o sofrimento em disfunção.

Essa função crítica também se expressa na maneira como a psicanálise se posiciona frente às transformações contemporâneas da subjetividade. Han (2017), embora não seja psicanalista, diagnostica o esvaziamento simbólico da experiência no capitalismo tardio, marcado por excesso de positividade, transparência e produtividade. A psicanálise, ao recuperar a dimensão da falta, da opacidade e do inconsciente, resiste a essa lógica de hiperexposição e autoexploração.

Ela oferece uma escuta que não se satisfaz com o visível, o mensurável e o performático. Birman (2006), ao analisar os novos sintomas do sujeito contemporâneo, como a depressão, os ataques de pânico e os quadros de indiferença, mostra como a psicanálise ainda é necessária para compreender e tratar o sofrimento psíquico em sua dimensão mais profunda.

Essa potência crítica da psicanálise também se expressa em sua inserção institucional. No Brasil, a psicanálise tem ocupado um espaço importante nas políticas públicas de saúde mental, especialmente nos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), nos serviços de atenção primária e em projetos intersetoriais com a educação e o sistema de justiça.

A reforma psiquiátrica brasileira, inspirada na luta antimanicomial, encontrou na psicanálise uma aliada na construção de práticas clínicas não normativas, centradas na escuta, na singularidade e no acolhimento. Figueiredo (2004) observa que a presença da psicanálise no campo público exige do analista uma escuta atravessada pelas demandas sociais, jurídicas e institucionais, mas sem perder a radicalidade ética que define sua prática.

Nessa perspectiva, o analista se torna também um agente de transformação social, capaz de intervir nos modos de sofrimento produzidos pela desigualdade, pela exclusão e pela precarização das relações humanas.

A psicanálise, portanto, não se limita a um saber clínico restrito ao divã. Ela é, também, uma linguagem crítica, uma gramática interpretativa que permite pensar as formas simbólicas da cultura, da arte e da política. Clarice Lispector, Franz Kafka, Louise Bourgeois, Ingmar Bergman, entre tantos outros artistas, foram lidos à luz da psicanálise ou produziram obras que ressoam com seus conceitos. A relação entre psicanálise e literatura é especialmente fecunda, pois ambas compartilham a aposta na palavra como meio de expressão do indizível, do desejo e do sofrimento.

Como afirma Nasio (2001), o analista é aquele que escuta o que não foi dito, que lê entre as linhas, que interpreta o silêncio. Essa capacidade de ler o não-dito é também o que permite à psicanálise contribuir para o debate crítico nas ciências humanas e sociais.

A contemporaneidade impõe novos desafios à psicanálise. A virtualização das relações, a hiperconectividade, a aceleração do tempo e a lógica da performance subjetiva alteram profundamente os modos de vínculo e de sofrimento. O sujeito contemporâneo é frequentemente convocado a ser empreendedor de si mesmo, a gerir suas emoções, a eliminar seus sintomas e a exibir sua felicidade nas redes sociais. A psicanálise, ao manter a aposta na escuta e na elaboração simbólica, resiste a essa cultura da positividade tóxica e da normatividade emocional.

Como observa Safatle (2015), a psicanálise continua sendo uma das poucas práticas discursivas que reconhece a legitimidade do sofrimento, que não o reduz a mau funcionamento nem o medicaliza apressadamente.

A prática clínica, nesse contexto, precisa se reinventar sem trair seus fundamentos. A pandemia de COVID-19, por exemplo, forçou a adoção de atendimentos remotos, o que provocou debates sobre a validade e os limites da escuta analítica mediada por telas. Embora muitos analistas tenham inicialmente resistido a essa mudança, a experiência mostrou que é possível sustentar uma transferência e uma escuta significativas mesmo fora do “setting” tradicional. Isso exige, contudo, uma reconfiguração da técnica e uma reflexão ética sobre os novos modos de presença e de vínculo.

A clínica contemporânea, portanto, é desafiada a sustentar a função analítica em meio a novas linguagens, novas plataformas e novas formas de sofrimento.

‘Conclui-se, por conseguinte, que a psicanálise permanece viva e necessária não apenas como prática clínica, mas como pensamento crítico. Ela oferece uma escuta radical que acolhe o sujeito em sua singularidade, em sua dor e em sua opacidade. Ao mesmo tempo, ela propõe uma leitura do mundo que resiste à padronização, à medicalização e à lógica do desempenho.

A psicanálise é, destarte, um saber que habita o intervalo entre o sintoma e a linguagem, entre o desejo e a lei, entre o singular e o social. Sua atualidade reside justamente em sua capacidade de sustentar a falta, de escutar o que não cabe nas normas e de abrir espaço para a invenção subjetiva.

4.2 A PSICANÁLISE E SUAS INTER-RELAÇÕES EPISTEMOLÓGICAS

A psicanálise, desde sua formulação por Sigmund Freud no final do século XIX, constituiu-se como um campo teórico e clínico marcado por uma posição epistemológica singular. Sua emergência não ocorreu como um prolongamento natural das ciências médicas ou psicológicas da época, mas como uma ruptura paradigmática em relação ao saber positivista e às tradições racionalistas modernas.

Trata-se de um saber que se estrutura na escuta do sujeito e do inconsciente, operando em uma lógica distinta daquela que regula as ciências exatas e naturais. A complexidade de sua construção conceitual e de seus objetos – o inconsciente, o desejo, a pulsão, o sintoma – exige uma reflexão contínua acerca de suas bases epistemológicas e de suas relações com outros campos do saber.

A tensão epistemológica que envolve a psicanálise manifesta-se desde suas origens. Freud (1915) já reconhecia que seu projeto teórico se afastava dos modelos tradicionais da ciência natural, uma vez que lida com representações, afetos e formações simbólicas que não são passíveis de observação direta.

Em *O inconsciente*, o autor afirma que a psicanálise propõe uma “ciência do inconsciente”, cujos métodos não se baseiam na verificação empírica convencional, mas na reconstrução interpretativa dos processos mentais inconscientes. Assim, o inconsciente não é algo a ser observado, mas algo a ser interpretado — um dado clínico e simbólico, acessado por meio de formações do discurso e da transferência.

O estatuto epistemológico da psicanálise tem sido amplamente debatido ao longo do século XX. Um dos críticos mais contundentes foi Popper (1962), que a acusou de não ser falsificável e, portanto, de não se configurar como ciência nos moldes do empirismo lógico. Para Popper, a impossibilidade de testabilidade empírica das proposições psicanalíticas a colocaria no campo das pseudociências.

No entanto, essa crítica parte de uma compreensão limitada do que seja ciência e ignora o caráter hermenêutico, clínico e simbólico da psicanálise. Como observa Granger (1992), os critérios de cientificidade variam conforme os domínios do saber, e não é possível aplicar, de forma reducionista, os critérios das ciências naturais às ciências humanas e sociais.

Ricoeur (1965), ao contrário, propõe compreender a psicanálise como uma “hermenêutica da suspeita”, isto é, como um saber que interpreta os significados ocultos das ações humanas e desconstrói o discurso consciente. Em Freud: uma

interpretação da cultura, o autor sugere que a psicanálise, longe de ser uma ciência experimental, é um sistema simbólico que revela o sentido latente das manifestações culturais e subjetivas. Essa leitura aproxima a psicanálise da tradição hermenêutica e filosófica, colocando-a em diálogo com a fenomenologia, a antropologia e a crítica cultural.

Destarte, a epistemologia psicanalítica se fundamenta na interpretação, na escuta e na construção de sentido, e não na experimentação ou na mensuração.

Essa concepção também é retomada por Costa (2004), que afirma que a psicanálise é um saber interpretativo sobre o sofrimento humano, não um modelo científico preditivo. Tal afirmação reforça a importância de reconhecer o lugar da psicanálise entre as ciências humanas, onde o rigor epistemológico é dado pela coerência interna do sistema conceitual e pela consistência das interpretações, e não pela replicabilidade de resultados.

Nesse sentido, a clínica se configura como o campo privilegiado da validação da teoria, pois é nela que os conceitos se tornam operacionais e ganham densidade empírica.

Outro aspecto central da discussão epistemológica é a inter-relação entre psicanálise e filosofia. Freud (1927) já indicava que sua teoria deveria ser distinguida da especulação metafísica, mas reconhecia o diálogo necessário com os fundamentos antropológicos e éticos da existência humana.

Ao longo do século XX, diversos filósofos se apropriaram da psicanálise para repensar a subjetividade, a linguagem e a cultura. Sartre (1943), em exemplo, em *O ser e o nada*, propõe uma fenomenologia do inconsciente, enquanto Foucault (1970) compreende a psicanálise como uma das “formações discursivas” modernas que estruturam o sujeito.

De outro vértice, Deleuze e Guattari (1972) desenvolvem uma crítica radical à psicanálise, acusando-a de reduzir o desejo à estrutura edipiana e de reproduzir modelos normativos de subjetivação.

Essas tensões revelam que a psicanálise está no centro das disputas epistemológicas contemporâneas. Lacan (1966) propõe uma refundação lógica da teoria freudiana, ao situá-la no campo da linguagem e do significante. Para Lacan, o inconsciente é estruturado como uma linguagem, o que implica que a psicanálise opera segundo uma lógica própria, distinta da causalidade mecanicista. Essa perspectiva aproxima a psicanálise das ciências da linguagem e da teoria do discurso, afastando-a das pretensões biologicistas ou comportamentais.

A clínica passa a ser compreendida como o lugar da escuta do sujeito dividido, cujos sintomas são efeitos da linguagem e da castração simbólica.

Na contemporaneidade, a psicanálise estabelece relações cada vez mais complexas com outros campos, como a neurociência, a educação, a sociologia, a antropologia e os estudos de gênero. Essa inter-relação não significa subordinação, mas diálogo crítico. Quinet (2009), à guisa de exemplo, defende que a psicanálise deve manter sua autonomia epistemológica ao mesmo tempo em que pode contribuir para o debate interdisciplinar. Ele afirma que “a psicanálise não é uma psicologia entre outras, mas uma teoria do sujeito do inconsciente que atravessa a cultura, a arte, a ciência e a política”.

Nessa perspectiva, a psicanálise pode dialogar com outras áreas sem renunciar à sua especificidade metodológica.

Um dos campos em que esse diálogo tem se mostrado particularmente frutífero é o da neurociência. Embora durante décadas a relação entre psicanálise e neurologia tenha sido marcada por antagonismos, Kandel (1999) e Damasio (2004) têm defendido uma aproximação entre os saberes. Kandel, vencedor do Prêmio Nobel, reconhece que a psicanálise contém hipóteses coerentes sobre o funcionamento da mente e defende que ela pode ser integrada a uma neurociência da mente.

Por outro lado, Damasio, ao investigar as bases neurobiológicas das emoções e da consciência, recupera, ainda que de forma implícita, categorias próximas àquelas formuladas por Freud, como o conflito entre afetos e o papel da memória inconsciente.

No campo da educação, a psicanálise tem oferecido importantes contribuições para a compreensão do processo de aprendizagem, das relações transferenciais em sala de aula e da constituição subjetiva do aluno. Corso (2014) e Larrosa (2002) destacam que o ato educativo não é apenas uma transmissão de saber, mas uma experiência de constituição do sujeito.

A escuta psicanalítica permite compreender os impasses, resistências e angústias que permeiam o processo pedagógico, muitas vezes invisibilizados pelas abordagens tecnicistas. Assim, a psicanálise contribui para repensar os vínculos entre saber, desejo e linguagem no contexto educativo.

A sociologia e a antropologia também têm estabelecido inter-relações fecundas com a psicanálise, especialmente a partir das obras de autores como Pierre Bourdieu, Georges Devereux e Elisabeth Roudinesco. Devereux (1980), por exemplo, propõe uma “etnopsicanálise”, que articula o saber antropológico com a escuta psicanalítica dos sujeitos de diferentes culturas. Ele argumenta que os mecanismos inconscientes se manifestam de forma distinta conforme os sistemas simbólicos e rituais de cada grupo, o que exige uma adaptação teórico-clínica.

No entanto Roudinesco (1999) defende uma abordagem histórica da psicanálise, que leve em conta sua inserção nas lutas simbólicas da modernidade e sua relação com as transformações políticas, sociais e culturais do século XX.

No campo dos estudos de gênero e da teoria queer, a psicanálise tem sido objeto de críticas e, entretanto, de apropriações criativas. Butler (1990), em *Problemas de gênero*, critica a psicanálise por sua suposta naturalização da diferença sexual e da heterossexualidade compulsória. No entanto, ela também reconhece o potencial subversivo da teoria freudiana ao afirmar que a identidade de gênero é construída sobre uma perda e uma melancolia originárias. A psicanálise, nesse sentido, pode ser relida a partir de uma lógica não-binária, abrindo espaço para novas formas de subjetivação e expressão do desejo. Guy Hocquenghem, Leo Bersani e Jack Halberstam também têm buscado ressignificar o legado psicanalítico no interior dos debates sobre sexualidade, corpo e política.

Há uma inter-relação da Psicanálise nos cuidados da saúde mental nos equipamentos públicos. No Brasil, esse diálogo se intensificou sobretudo a partir da Reforma Psiquiátrica e da constituição do Sistema Único de Saúde (SUS), que abriu espaço para práticas clínicas baseadas em outras racionalidades que não apenas a biomédica. Nesse contexto, a psicanálise passou a compor os dispositivos de atenção psicossocial, especialmente nos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), trazendo contribuições importantes para a abordagem do sofrimento psíquico grave.

A presença da psicanálise nos serviços públicos de saúde mental, porém, não se dá sem tensões. Sua prática clínica individualizada, baseada em escuta e interpretação, muitas vezes contrasta com as demandas institucionais por protocolos, produtividade e resultados mensuráveis. Ainda assim, autores como Birman (2006) e Figueiredo (2013) apontam que é justamente essa perspectiva da singularidade que a psicanálise tem a oferecer ao campo da saúde pública. Ela se contrapõe à lógica da homogeneização e da padronização dos sujeitos, propondo uma clínica que reconhece a complexidade do sofrimento e da subjetividade.

Em sua crítica ao modelo psiquiátrico tradicional, Birman (2006) argumenta que a escuta psicanalítica permite um deslocamento da lógica classificatória para uma escuta da experiência, o que é fundamental para acolher modos de sofrimento que não se encaixam nos manuais diagnósticos. Nesse sentido, a psicanálise contribui para ampliar as possibilidades de cuidado, ao considerar não apenas os sintomas, mas a história, o desejo e a linguagem do sujeito. Trata-se, portanto, de uma intervenção ética, que se sustenta pela aposta na palavra e na construção de sentido.

A “performance” psicanalítica nos CAPS e em outros dispositivos da rede de atenção psicossocial tem se mostrado eficaz, sobretudo na abordagem das psicoses e dos transtornos graves. Como aponta Rotenberg (2009), a psicanálise oferece

ferramentas para lidar com a fragmentação do sujeito psicótico, a partir de uma escuta que não impõe sentidos, mas acolhe a fala no tempo do paciente. A transferência, nesse contexto, não é apenas um conceito clínico, mas uma construção relacional que permite sustentar a presença do sujeito nos serviços.

Ademais disso, a inserção da psicanálise na saúde pública desafia o próprio campo psicanalítico a revisar sua prática.

A clínica nos serviços públicos, frequentemente em situações de vulnerabilidade social, exige adaptações éticas e técnicas, como o uso do dispositivo da clínica ampliada, a escuta em grupo e o trabalho interdisciplinar. Isso não significa diluir a especificidade da psicanálise, mas abrir-se ao diálogo com outras formas de cuidado, como propõe Campos (2000) com a ideia de corresponsabilização e de produção compartilhada de saúde.

Nas ciências sociais aplicadas, a psicanálise vem sendo cada vez mais mobilizada para pensar processos subjetivos implicados nas práticas sociais, jurídicas e educacionais. No campo da educação, por exemplo, diversos autores têm recorrido à teoria psicanalítica para compreender os processos de aprendizagem, os impasses no vínculo pedagógico, as questões de autoridade e desejo em sala de aula. Para Costa (2001), a escuta do inconsciente na escola pode revelar os conflitos que atravessam a relação professor-aluno, bem como os sintomas institucionais que dificultam a prática pedagógica.

A psicanálise também tem sido convocada a pensar o fenômeno da exclusão escolar e o adoecimento psíquico de educadores. Ao se deparar com crianças e adolescentes que resistem às normas escolares, muitas vezes identificados como portadores de “transtornos” ou “déficits”, a escuta psicanalítica propõe outra via: compreender esses sintomas como modos de enunciação subjetiva, como apelos dirigidos ao Outro, como tentativas de significar o mal-estar. Essa abordagem, como mostram Kupfer (2001) e Silva (2015), possibilita uma leitura ética da infância e uma reconfiguração das práticas educacionais.

No campo do direito, a contribuição da psicanálise tem se dado na problematização das estruturas normativas e da racionalidade jurídica. Autores como Dotti (2003) e Leite (2010) têm explorado as interseções entre sujeito, lei e desejo, mostrando como o discurso jurídico frequentemente se sustenta em uma ideia de sujeito racional, autônomo e consciente, o que contrasta com a concepção psicanalítica de um sujeito dividido, marcado pela falta e pelo inconsciente. A escuta psicanalítica, nesse campo, tem sido fundamental em processos de mediação, justiça restaurativa e análise do discurso judiciário.

Entretanto, no Serviço Social, a psicanálise vem sendo utilizada como instrumento para compreender os efeitos subjetivos da desigualdade, da exclusão e da violência estrutural. Embora existam resistências, sobretudo em virtude da crítica à “invisibilização das condições materiais” que alguns atribuem à psicanálise, há autores que defendem sua potência no trabalho com populações vulnerabilizadas. Segundo Mota (2017), a escuta do sofrimento psíquico como efeito da exclusão social pode ser um caminho para uma intervenção mais humanizada, que não reduz o sujeito à condição de carência, mas reconhece sua complexidade subjetiva.

Na comunicação, a psicanálise tem sido empregada para analisar os processos de produção de sentido, a estrutura do discurso midiático e os efeitos subjetivos das imagens. A teoria lacaniana, em particular, tem sido amplamente utilizada para compreender a constituição do sujeito na linguagem, a articulação entre desejo e consumo e as formas de gozo produzidas pelo espetáculo. Para Orlandi (2009), a psicanálise oferece instrumentos para pensar a mídia como um espaço simbólico em que o sujeito se constitui e se representa.

A filosofia é um campo privilegiado de diálogo com a psicanálise, especialmente em suas vertentes críticas. Desde a leitura de Freud por Paul Ricoeur e Michel Foucault, até os usos mais recentes da psicanálise por autores como Judith Butler e Alain Badiou, o inconsciente tem sido entendido como um operador político e ontológico. Como aponta Safatle (2015), a psicanálise não apenas desconstrói o sujeito do cogito cartesiano, mas propõe uma ética do desejo, fundada na escuta da singularidade e na recusa da adaptação.

Na antropologia, a psicanálise tem sido utilizada como lente interpretativa para compreender rituais, mitos e formas de organização simbólica. Autores como Lévi-Strauss, Geertz e, mais recentemente, Viveiros de Castro, reconhecem a contribuição da psicanálise para a leitura das estruturas inconscientes da cultura. A etnopsicanálise, desenvolvida por Georges Devereux, também exemplifica a tentativa de integrar escuta clínica e análise cultural, considerando os atravessamentos entre inconsciente e contexto.

A sociologia tem se valido da psicanálise para investigar os modos de subjetivação na modernidade e os efeitos psíquicos das transformações sociais. Norbert Elias, Pierre Bourdieu e Anthony Giddens, embora com diferentes perspectivas, apontam para a dimensão simbólica da vida social e a internalização das normas. A psicanálise, nesse campo, contribui para compreender os sintomas sociais — como o mal-estar, a violência e a melancolia — como formas de expressão da tensão entre o sujeito e os dispositivos de poder.

Importa destacar que a inserção da psicanálise nas políticas públicas exige uma postura ética e crítica. Não se trata de adaptar a teoria à lógica gerencial do Estado, mas de sustentar uma escuta que reconheça a alteridade, a singularidade e

a complexidade do sofrimento psíquico. Como afirma Dunker (2011), a psicanálise nas políticas públicas deve resistir à tentação da eficácia imediata e preservar a temporalidade própria do inconsciente.

A interdisciplinaridade, pois, configura-se em exigência e uma possibilidade da psicanálise contemporânea. Seus conceitos não se esgotam na clínica, mas se expandem para iluminar as contradições do mundo social. Ao articular desejo, linguagem e sintoma, a psicanálise permite compreender o sujeito para além da racionalidade e da identidade fixa, abrindo espaço para a escuta do que é estranho, do que escapa, do que insiste.

A escuta do inconsciente nos serviços públicos e nas ciências sociais aplicadas representa uma aposta ética no sujeito, em sua potência de enunciação e em sua capacidade de transformação.

A psicanálise não vem resolver problemas sociais, mas denunciar o mal-estar que esses problemas causam na subjetividade, oferecendo um espaço para que eles sejam significados.

Em tempos de medicalização da vida, de patologização das diferenças e de produção massiva de diagnósticos, a psicanálise propõe outra via: a da palavra, da escuta e do tempo. Trata-se de uma clínica que não busca adaptar o sujeito à norma, mas permitir que ele construa seu próprio lugar no mundo simbólico (Dottí, 2003).

A articulação entre psicanálise e políticas públicas, portanto, é não apenas possível, mas necessária. Ela exige escuta, formação, compromisso ético e crítica constante às formas de saber e de poder que tentam silenciar o sujeito e seu desejo. A psicanálise, ao acolher o mal-estar como constitutivo da condição humana, reafirma sua pertinência nas múltiplas frentes do cuidado e do conhecimento.

Nesse aspecto, pode-se compreender que as inter-relações epistemológicas da psicanálise revelam a complexidade e a potência de um saber que, ao mesmo tempo em que mantém sua especificidade teórica e clínica, dialoga com os grandes temas das ciências humanas, da filosofia e da cultura.

Como afirma Damasio (2004), a psicanálise não é uma ciência nos moldes do empirismo positivista, mas um saber interpretativo, simbólico e ético, cuja validade reside na consistência interna de seu sistema conceitual e na eficácia clínica de sua práxis.

A escuta do sujeito, o acolhimento do sofrimento e a interpretação do inconsciente continuam a ser seus pilares fundantes, mesmo diante das transformações paradigmáticas do mundo contemporâneo.

4.3 CONTRIBUIÇÕES DE PENSADORES PÓS-FREUDIANOS

A psicanálise, desde sua criação por Sigmund Freud, passou por significativas transformações teóricas e clínicas promovidas por diversos autores que, entretanto, em que se basearam nos fundamentos freudianos, ampliaram, reformularam ou questionaram conceitos centrais da teoria. Tais autores, conhecidos como pós-freudianos, não apenas deram continuidade à psicanálise, mas propuseram reformulações que abriram novos campos clínicos, novas categorias teóricas e novos métodos interpretativos, resultando em uma pluralidade de escolas psicanalíticas.

Os contributos desses pensadores não devem ser vistas como meras divergências doutrinárias, mas como avanços epistemológicos que respondem a contextos históricos, clínicos e culturais distintos dos vividos por Freud.

Entre os principais autores pós-freudianos destaca-se Melanie Klein, que desenvolveu uma das mais importantes revisões da teoria do desenvolvimento infantil. Para Klein, os processos inconscientes e os mecanismos de defesa estão presentes desde os primeiros meses de vida, diferentemente de Freud, que localizava os conflitos psíquicos mais importantes na fase edípica. Em suas obras, como *O desenvolvimento do mundo interno* (Klein, 1952), a autora introduz os conceitos de posição esquizoparanóide e posição depressiva, que se tornam fundamentais para compreender a constituição do psiquismo infantil.

À luz do magistério de Klein (1991), a criança, desde muito cedo, lida com ansiedades persecutórias e culpa, que são processadas por meio de defesas como a cisão, a identificação projetiva e a idealização. Essa antecipação do funcionamento inconsciente infantil desloca o foco da teoria edípica e inaugura uma nova clínica voltada para os estados mentais primitivos.

W. R. Bion, influenciado por Klein, propõe uma teoria sofisticada sobre o pensamento e a função psíquica, introduzindo conceitos como “função alfa”, “elementos beta” e “contenção” (Bion, 1962). Para Bion, o bebê inicialmente não consegue pensar suas experiências emocionais e precisa da mente materna como função de contenção, que transforma essas experiências brutas (elementos beta) em pensamentos digeríveis (elementos alfa). Essa teoria amplia o entendimento da constituição do pensar, indo além do modelo pulsional freudiano, e fundamenta uma concepção de mente como sistema dinâmico de processamento emocional.

A noção de “contenção”, posteriormente adotada por várias correntes, inclusive na psicoterapia institucional, destaca a importância do outro na constituição da subjetividade.

Outro autor de grande relevância no campo pós-freudiano é Donald Winnicott, cuja principal contribuição reside na articulação entre ambiente, desenvolvimento emocional e constituição do self. Em textos como *O brincar e a realidade* (Winnicott,

1971), o autor introduz os conceitos de “holding” (sustentação), “objeto transicional” e “falso self”, que permitem compreender como o ambiente primário influencia o desenvolvimento psíquico.

Para Winnicott (1971), o bebê não nasce com um ego estruturado, e sua capacidade de existir e de se perceber como sujeito depende da qualidade das relações iniciais com a mãe. Um ambiente suficientemente bom permite que o bebê viva a “ilusão primária”, necessária para o amadurecimento emocional. Quando esse ambiente falha, pode ocorrer o desenvolvimento de um falso self, uma defesa adaptativa que encobre o verdadeiro self. A ênfase na importância do ambiente relacional, em contraposição ao modelo pulsional, marca uma mudança de paradigma na psicanálise.

Anna Freud, filha de Sigmund Freud, também foi uma das grandes responsáveis pela sistematização da teoria dos mecanismos de defesa. Em *O ego e os mecanismos de defesa* (Freud, 1936), ela descreve diversos modos pelos quais o ego atua para proteger-se de angústias internas e externas. Sua obra foi crucial para o desenvolvimento da psicologia do ego nos Estados Unidos, escola que enfatiza a capacidade do ego de adaptar-se à realidade e de manter o equilíbrio entre as forças psíquicas. Embora essa vertente tenha sido criticada por certo distanciamento do inconsciente e da sexualidade, ela foi importante para a introdução da psicanálise em contextos hospitalares, educacionais e institucionais.

A chamada Psicologia do Ego teve em Heinz Hartmann um de seus principais representantes. Em *Ego Psychology and the Problem of Adaptation* (Hartmann, 1939), o autor propõe a ideia de “esferas autônomas do ego”, que não se originariam do conflito pulsional, mas da necessidade de adaptação ao ambiente. Para Hartmann (1939), o ego possui funções independentes que lhe permitem lidar com a realidade, como percepção, memória e pensamento. Essa concepção permite um maior diálogo da psicanálise com a psicologia do desenvolvimento e com as ciências cognitivas, ampliando seus horizontes clínicos e teóricos.

Erik Erikson, outro autor ligado à psicologia do ego, propôs um modelo epigenético do desenvolvimento psíquico que incorpora a dimensão social e histórica. Em *Infância e Sociedade* (Erikson, 1950), ele descreve oito estágios psicossociais, cada um marcado por um conflito específico, cuja resolução influencia a constituição do ego.

À guisa de exemplo, a adolescência seria a fase da crise de identidade versus confusão de papéis. Erikson foi importante para a ampliação do campo psicanalítico para além do modelo freudiano clássico, introduzindo preocupações com a cultura, o tempo histórico e as instituições sociais.

No campo francês, destaca-se Jacques Lacan, cuja obra buscou recuperar o radicalismo do inconsciente freudiano, reinterpretando-o à luz da linguística estrutural e da filosofia. Em seus *Escritos* e *Seminários*, Lacan (1998) propõe que “o inconsciente é estruturado como uma linguagem” e que o sujeito é um efeito do significante. Ao introduzir os registros do Real, Simbólico e Imaginário, o autor desloca a ênfase do aparelho psíquico para as estruturas da linguagem, sugerindo que a constituição do sujeito se dá a partir da entrada no campo do Outro.

Lacan (1998) também reformula o Édipo e a castração, propondo que o Nome-do-Pai é o significante fundamental que organiza o desejo e a interdição. A clínica lacaniana é marcada pela escuta do significante, pela análise da cadeia metafórica e pela atenção à função da falta no desejo.

Janine Chasseguet-Smirgel, importante representante da psicanálise francesa, retoma e amplia as concepções freudianas sobre o narcisismo e a perversão. Em *A sexualidade feminina* (Chasseguet-Smirgel, 1974), a autora argumenta que o narcisismo infantil exerce influência permanente sobre a vida adulta, e que as defesas contra a castração são centrais na organização do psiquismo.

Ela também articula a psicanálise à crítica da cultura, sugerindo que certas formas de organização social favorecem a regressão narcísica. Sua obra é um exemplo do esforço para manter os fundamentos da metapsicologia freudiana, sem abdicar de uma leitura crítica do contexto cultural.

Na tradição francesa, Françoise Dolto também teve papel relevante ao desenvolver uma clínica com crianças baseada na escuta da linguagem inconsciente. Para Dolto (1984), a criança possui um saber inconsciente sobre o desejo dos pais, e sua fala, mesmo que pré-verbal, carrega significações que devem ser decifradas.

Em *A imagem inconsciente do corpo*, Dolto propõe que o corpo da criança é estruturado simbolicamente, sendo constituído por falas e fantasias parentais. Sua concepção de sintoma como metáfora de um conflito psíquico inconsciente reforça a importância da escuta clínica da infância e amplia as possibilidades terapêuticas da psicanálise.

A teoria da sedução generalizada de Jean Laplanche constitui uma das reformulações mais radicais da sexualidade infantil freudiana. Em *Novas fundações para a psicanálise* (Laplanche, 1987), o autor propõe que o inconsciente da criança se forma a partir das mensagens enigmáticas transmitidas pelo adulto, que são sexualizadas e não totalmente assimiláveis.

Esse enigma, segundo Laplanche (1987), constitui o núcleo da sexualidade infantil e funda o inconsciente. A sexualidade, nesse sentido, não é apenas pulsional, mas fundamentalmente traduzida, estrangeira e transmitida. Essa concepção enfatiza o papel do outro na constituição do sujeito, descentrando o aparelho psíquico e recolocando o problema da alteridade no centro da teoria.

Outros autores contemporâneos também merecem destaque, como André Green, que propôs uma teoria sobre o negativo e a ausência na constituição do psiquismo. Em *O discurso vivo* (Green, 2002), ele analisa fenômenos clínicos que não se enquadram nas categorias clássicas, como a clínica dos estados-limite e as psicoses brancas. Green introduz o conceito de “psiquismo morto”, descrevendo pacientes cujo funcionamento psíquico é marcado por ausência de representação, desinvestimento afetivo e congelamento simbólico.

Sua obra aponta para a necessidade de reformular as categorias clínicas e metapsicológicas para dar conta das novas formas de sofrimento psíquico.

Otto Kernberg, representante da psicanálise nos Estados Unidos, contribuiu com a teoria da organização borderline da personalidade. Em *Transtornos graves da personalidade* (Kernberg, 1984), ele descreve pacientes que não se enquadram claramente nas estruturas neuróticas ou psicóticas, caracterizando-se por uso predominante de defesas primitivas, identidade difusa e intensa instabilidade emocional.

Kernberg (1984) propõe uma integração entre a teoria das relações objetais e a metapsicologia freudiana, enfatizando o papel das experiências precoces de vínculo na estruturação do self. Sua teoria é amplamente utilizada na prática clínica e no diagnóstico de transtornos de personalidade.

No âmbito da contemporaneidade, Silvia Bleichmar, nascida na Argentina, vêm contribuindo para a leitura latino-americana da psicanálise. Em *A fundação do inconsciente* (Bleichmar, 1997), a autora propõe uma articulação entre a psicanálise e a realidade sociopolítica latino-americana, argumentando que o inconsciente se constitui também a partir das violências históricas, das condições sociais e das práticas culturais.

Essa perspectiva insere a psicanálise em um contexto mais amplo, reconhecendo a diversidade das experiências subjetivas e a necessidade de uma escuta atenta às marcas sociais do sofrimento.

Destarte, as contribuições dos autores pós-freudianos demonstram a riqueza e a complexidade do campo psicanalítico. Longe de configurar uma ruptura com a obra de Freud, esses autores promoveram um verdadeiro desenvolvimento da psicanálise, ampliando seu alcance clínico, teórico e social. A diversidade de perspectivas — kleiniana, lacaniana, winnicottiana, bioniana, entre outras — enriquece o campo e oferece diferentes formas de escuta, de intervenção e de compreensão do sujeito.

A psicanálise contemporânea se configura, em última análise, configura-se em campo em permanente construção, em que o legado freudiano se mantém vivo justamente por sua capacidade de ser reinterpretado, criticado e ampliado.

4.4 CRÍTICAS, DESDOBRAMENTOS E A ATUALIDADE DA PSICANÁLISE

Desde sua formulação inicial no final do século XIX, a psicanálise tem sido alvo de múltiplas críticas, ressignificações e revisões internas e externas. Parte de sua longevidade enquanto campo do saber se deve exatamente à sua capacidade de problematizar a si mesma, incorporando os embates teóricos, as mutações socioculturais e os avanços epistemológicos.

Paralelamente, essa trajetória marcada por controvérsias revela a tensão constante entre sua matriz clínica e conceitual de origem freudiana e as exigências de transformação impostas pelos tempos. Neste capítulo, pretende-se discutir criticamente as principais objeções dirigidas à psicanálise, os desdobramentos conceituais decorrentes dessas críticas e sua relevância e atualidade no cenário contemporâneo.

No início do século XX, quando a psicanálise emergiu, ela já se apresentava como uma ruptura paradigmática frente à medicina e à psicologia positivista. A ideia de que os sintomas neuróticos eram efeitos de conflitos inconscientes e não meramente orgânicos ou voluntários enfrentava forte resistência. Freud (1914), em seu texto “Recordar, repetir e elaborar”, reconhece o ceticismo da comunidade científica frente à noção de inconsciente, vendo-o como um dos principais desafios à aceitação da psicanálise. As críticas iniciais, portanto, eram de ordem epistemológica, questionando a cientificidade da psicanálise. Popper (1983) acusaram-na de não ser falseável, ou seja, de não oferecer hipóteses que pudessem ser testadas empiricamente.

Para Popper, isso invalidava a psicanálise como ciência.

No entanto, essa crítica parte de uma concepção de ciência que exclui o campo hermenêutico e clínico. Ricoeur (1970) argumenta que a psicanálise não deve ser julgada pelos critérios das ciências naturais, pois sua linguagem é simbólica, sua metodologia é interpretativa e seu campo é o da significação. Ao invés de fatos empíricos, lida com sentidos e estruturas inconscientes. Freud nunca pretendeu reduzir a psicanálise à observação positivista. Ao contrário, ele buscava construir uma ciência do sujeito, que levasse em conta as fantasias, os afetos e as formações do inconsciente.

A objeção de Popper, embora influente, foi amplamente debatida e relativizada por autores posteriores.

Outros questionamentos vieram do campo da antropologia e da sociologia. Malinowski (1927), por exemplo, criticou o complexo de Édipo como um conceito etnocêntrico, baseado na estrutura familiar burguesa ocidental.

Em suas observações sobre os habitantes das Ilhas Trobriand, Malinowski notou que a organização social e os vínculos familiares divergiam radicalmente do modelo freudiano, pondo em xeque a universalidade do complexo edípico. Essa crítica ecoa ainda hoje nos estudos culturais e pós-coloniais, que denunciam a exportação de modelos eurocêntricos para contextos diversos. Em resposta, a psicanálise contemporânea tem buscado formas mais flexíveis e abertas de pensar os complexos familiares e os processos de subjetivação.

O feminismo também produziu críticas contundentes à psicanálise, especialmente às concepções de sexualidade e gênero propostas por Freud. Simone de Beauvoir (1949) e Mitchell (1974) apontaram que a teoria freudiana, ao postular a inveja do pênis e o suposto masoquismo feminino, refletia e reforçava uma visão patriarcal da mulher.

Irigaray (1977) e Kristeva (1982) avançaram nesse debate, questionando a posição da mulher no discurso psicanalítico, muitas vezes reduzida à alteridade ou à falta em relação ao falo. Butler (1990), por sua vez, desconstrói os binarismos de gênero presentes na teoria clássica e propõe uma performatividade do gênero que problematiza a fixidez da identidade sexual. Essas críticas obrigaram a psicanálise a repensar suas categorias e a abrir-se ao diálogo com as teorias de gênero e com a filosofia pós-estruturalista.

No interior da própria psicanálise, diferentes escolas se formaram a partir de discordâncias com Freud. A primeira grande ruptura foi protagonizada por Carl Gustav Jung, que abandonou o conceito de sexualidade como núcleo do psiquismo e propôs uma psicologia analítica baseada em arquétipos e no inconsciente coletivo.

Alfred Adler, por sua vez, enfatizou o sentimento de inferioridade e a vontade de poder como elementos centrais da vida psíquica. Melanie Klein, Donald Winnicott, Wilfred Bion e outros autores da escola inglesa desenvolveram a psicanálise infantil e introduziram novos conceitos, como posição esquizoparanóide, objeto transicional, continente-conteúdo, entre outros.

Esses desdobramentos não significam uma rejeição da psicanálise, mas antes uma expansão e complexificação de seu campo teórico e clínico.

Lacan representa uma das vozes mais influentes do século XX no esforço de retomar Freud a partir da linguística estrutural e da filosofia. Sua releitura do inconsciente como estruturado como uma linguagem, seu conceito de sujeito do significante, e a reformulação do complexo de Édipo a partir da metáfora paterna transformaram profundamente a teoria psicanalítica. Lacan também renovou a prática clínica, propondo sessões de duração variável e introduzindo o conceito de “tempo lógico”.

No entanto, sua escrita hermética e a radicalidade de sua proposta também foram criticadas. Guattari e Deleuze (1972), por exemplo, acusaram Lacan e Freud de conservadorismo e de promoverem uma “psicanálise da repressão”, voltada à normatização do desejo. Para eles, a psicanálise precisava libertar-se de suas amarras edípicas e pensar o desejo como produção social.

Outra vertente crítica importante diz respeito ao estatuto político da psicanálise. Žižek (1999) tem sido um dos principais expoentes dessa abordagem, combinando Lacan com a filosofia de Hegel e Marx. Para ele, a psicanálise não apenas revela a dimensão inconsciente dos sujeitos, mas também permite compreender os impasses ideológicos da sociedade. Em sua leitura, o sintoma não é apenas um problema individual, mas a expressão de uma verdade social recalcada. Nesse sentido, a psicanálise é uma ferramenta crítica do laço social, capaz de revelar as contradições entre gozo, lei e ideologia. Dunker (2015) segue linha semelhante no Brasil, propondo uma psicanálise vinculada à ética, à política e à saúde pública.

Na contemporaneidade, a psicanálise também é desafiada por novos discursos e práticas terapêuticas. O crescimento das psicoterapias cognitivo-comportamentais, das abordagens neurocientíficas e da psiquiatria baseada em evidências tem provocado debates sobre eficácia, tempo de tratamento e cientificidade. A crítica mais comum diz respeito à suposta lentidão e subjetividade do tratamento psicanalítico. Muitos argumentam que a psicanálise seria anacrônica, elitista ou inacessível à maioria da população.

No entanto, estudos recentes mostram que a psicanálise ainda tem relevância clínica e social. Fonagy e Bateman (2008), por exemplo, demonstram que a psicoterapia baseada na mentalização, de inspiração psicanalítica, tem eficácia comprovada no tratamento de transtornos de personalidade. Shedler (2010) revisou uma série de meta-análises e concluiu que a terapia psicodinâmica tem efeitos duradouros e profundos, comparáveis ou superiores a outras abordagens.

Ademais disso, a psicanálise tem sido aplicada com sucesso em campos diversos, como educação, arte, justiça, trabalho institucional e políticas públicas. Elisabeth Roudinesco (2007) defende que a psicanálise, ao contrário do que se propaga, é extremamente atual porque resiste à lógica tecnocrática, à medicalização da vida e à cultura do desempenho.

Para ela, o sujeito do inconsciente continua a interpelar as formas contemporâneas de sofrimento, como a depressão, os transtornos alimentares, os quadros de angústia e as adições. A psicanálise não oferece soluções rápidas nem respostas utilitárias, mas propõe uma escuta singular, ética e comprometida com o sofrimento psíquico.

No Brasil, a psicanálise goza de notável inserção institucional, tanto nas universidades quanto nos serviços públicos de saúde. A reforma psiquiátrica e a criação da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) abriram espaço para a atuação de psicanalistas nos CAPS nas escolas e nos tribunais. Birman (2006) destaca que a psicanálise no Brasil tem uma tradição própria, marcada pela articulação com a cultura, a literatura e os dilemas sociais. Birman (2006) insiste que o analista precisa estar atento às novas formas de sofrimento que emergem em contextos de precarização, desigualdade e desamparo institucional.

A clínica do vazio, do excesso ou da indiferença exige novas escutas e reposicionamentos éticos.

No campo da cultura, a psicanálise também mantém presença marcante. Cineastas como Ingmar Bergman, Pedro Almodóvar e David Lynch, escritores como Clarice Lispector e Franz Kafka, e artistas plásticos como Louise Bourgeois, entre muitos outros, se inspiraram ou foram interpretados à luz da psicanálise.

A crítica literária, o cinema, a arte contemporânea e os estudos culturais continuam a dialogar com conceitos como inconsciente, pulsão, fantasia, trauma, gozo, castração e transferência. A psicanálise oferece uma gramática potente para pensar o enigmático da condição humana, a repetição do sofrimento e as formas simbólicas da existência.

Na atualidade, os desafios impostos pela sociedade digital, pelas novas tecnologias e pelas transformações nas formas de vínculo impõem novas perguntas à psicanálise. A hiperconectividade, a virtualização das relações, o culto à imagem e à performance subjetiva colocam o sujeito em novas modalidades de mal-estar.

Autores como Han (2017), embora não psicanalistas, descrevem a sociedade do cansaço como expressão de um excesso de positividade, produtividade e autoexploração. A psicanálise, ao resgatar a dimensão do limite, do inconsciente e da alteridade, pode oferecer uma crítica à lógica neoliberal de subjetivação.

A pandemia de COVID-19 também trouxe novas reflexões sobre a clínica e a função do analista. A ampliação do uso de tecnologias digitais no setting analítico, como sessões remotas, redesenhou a prática clínica e exigiu adaptações éticas e técnicas. Embora haja resistência por parte de alguns psicanalistas, outros reconhecem que a escuta psicanalítica pode ser eficaz mesmo fora do modelo presencial tradicional. A pandemia revelou, ainda, a intensificação do sofrimento psíquico, a importância do cuidado com a saúde mental e a centralidade da palavra na elaboração do trauma coletivo.

Em face desse cenário, configura-se exequível afirmar que a psicanálise continua viva, inquieta e fecunda. Suas categorias fundamentais — inconsciente, pulsão, fantasia, desejo, recalque, transferência, resistência — permanecem como ferramentas potentes para compreender o sujeito, suas dores e seus impasses.

Entretanto, a psicanálise precisa continuar a se reinventar, a escutar os novos sintomas, as novas formas de gozo e as novas linguagens do sofrimento.

A escuta clínica e a elaboração teórica caminham juntas, em um campo que não se esgota nem se estabiliza. Como já advertia Freud (1937), a psicanálise é uma prática que se realiza no limite da palavra e do silêncio, entre o desejo e a falta, na singularidade de cada sujeito



5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em derradeira instância, a psicanálise, enquanto campo teórico e clínico, dispõe de rica sua constituição histórica, fulcrada em categorias fundantes, reformulações epistemológicas e vitalidade no cenário contemporâneo. A partir de uma revisão bibliográfica extensa e fundamentada, buscou-se mapear os principais conceitos da psicanálise, suas implicações no campo da subjetividade e seus desdobramentos críticos ao longo do tempo.

Desde a introdução, evidenciou-se que a psicanálise representa não apenas um método de tratamento das neuroses, mas uma verdadeira revolução na forma de compreender o sujeito moderno. Ao reconhecer a existência do inconsciente, Freud inaugura uma nova episteme que desloca a razão da centralidade do psiquismo e inaugura uma abordagem inédita da mente humana.

A pesquisa assumiu como eixo metodológico a revisão de literatura, o que possibilitou uma aproximação rigorosa com as obras clássicas de Freud, Jung, Lacan, bem como com autores contemporâneos como Safatle, Birman, Dunker, Žižek e Roudinesco. Essa base bibliográfica diversa permitiu que a discussão fosse marcada por pluralidade, densidade teórica e atualização conceitual.

No Capítulo 2, dedicado aos fundamentos históricos e epistemológicos da psicanálise, foi realizada uma reconstrução do surgimento da teoria freudiana, contextualizada nos debates do final do século XIX. O rompimento com a hipnose, a ênfase na associação livre e a construção de um novo vocabulário clínico foram marcos inaugurais de um saber que viria a transformar profundamente a psicologia, a medicina e as ciências humanas.

Destacou-se que o projeto freudiano se constituiu de maneira paulatina, sempre em diálogo com a cultura, com a filosofia e com a biologia da época. Freud incorporou elementos do darwinismo, da neurologia e da literatura para sustentar suas hipóteses, o que confere à psicanálise um caráter híbrido, difícil de classificar em uma única matriz disciplinar.

Um dos pontos altos da fundamentação foi a análise do aparelho psíquico e suas instâncias.

A primeira tópica (consciente, pré-consciente e inconsciente) e a segunda tópica (id, ego e superego) revelam como Freud refinou seus modelos teóricos para dar conta das complexas dinâmicas da vida psíquica. Essa abordagem permitiu compreender o psiquismo como um campo de forças em conflito, permanentemente atravessado por desejos e censuras.

Ao discutir os mecanismos de defesa, o trabalho abordou a maneira como o ego reage frente às ameaças internas e externas. A repressão, a projeção, a sublimação, entre outros mecanismos, foram descritas como estratégias psíquicas que operam no cotidiano dos sujeitos, em articulação com as exigências sociais e morais.

O estudo também deu ênfase à sexualidade infantil e ao desenvolvimento psicossocial. A superação do tabu em torno da infância foi uma das mais audaciosas propostas de Freud, que demonstrou como a vida pulsional se organiza desde os primeiros anos de vida. O complexo de Édipo, a castração e a organização fálica foram apresentadas como operadores fundamentais da subjetivação.

Na sequência, aprofundou-se a concepção de desejo e de inconsciente. Com base em Freud e Lacan, sustentou-se que o desejo é estruturado como uma linguagem, que nunca é plenamente satisfeita, e que opera sob o signo da falta. Essa falta constitutiva é o motor da subjetividade e da criação simbólica, sendo também o ponto de partida da escuta clínica.

A análise lacaniana permitiu complexificar o modelo freudiano ao incorporar elementos da linguística estrutural, da filosofia hegeliana e da lógica formal. A distinção entre necessidade, demanda e desejo, bem como a teoria dos registros (Real, Simbólico e Imaginário), conferiram densidade ao debate e ampliaram os horizontes da teoria psicanalítica.

Na parte dedicada à clínica e ao pensamento crítico, foram discutidos os modos de intervenção psicanalítica e sua distinção em relação às terapias normativas e comportamentais. A escuta psicanalítica, marcada pela suspensão do julgamento e pela interpretação simbólica, visa abrir espaço para que o sujeito se responsabilize por sua própria história.

A psicanálise foi apresentada não apenas como uma prática terapêutica, mas também como um dispositivo de crítica cultural. Ao desmontar os imperativos da normalidade, da produtividade e da felicidade compulsória, a psicanálise desafia os discursos hegemônicos e cria brechas para outras formas de subjetivação.

O Capítulo 4, em especial, sistematizou o referencial teórico da pesquisa, evidenciando a riqueza e a diversidade do campo psicanalítico. Foi demonstrado que, ao longo do século XX, a psicanálise se ramificou em diferentes escolas e perspectivas — ortodoxas, heterodoxas, revisionistas — e que isso não enfraqueceu sua potência, mas a enriqueceu com novos olhares e práticas.

A escolha pela escrita em texto corrido e não fragmentada em subtópicos teve como propósito evidenciar o encadeamento lógico dos argumentos, mantendo a unidade discursiva e evitando a dispersão conceitual. Isso se mostrou fundamental para sustentar a complexidade do objeto de estudo. No conjunto, a monografia demonstrou que a psicanálise continua sendo uma ferramenta potente para compreender as contradições do sujeito moderno.

Conquanto as críticas e das transformações culturais, seus conceitos seguem sendo mobilizados em diferentes campos do saber e do fazer. Um dos méritos do trabalho foi articular teoria e crítica, recuperando os conceitos clássicos sem cair em dogmatismos e abrindo espaço para a interlocução com temas contemporâneos como gênero, política, cultura e tecnologia.

Os pensadores contemporâneos perustrados — especialmente Birman, Dunker e Safatle — demonstraram que a psicanálise está viva e ativa no debate público, oferecendo instrumentos para pensar os modos de sofrimento, os impasses subjetivos e os dilemas éticos da atualidade. Foi possível compreender, por exemplo, como o discurso neoliberal captura o desejo, transformando-o em motor de consumo e performance. A psicanálise, ao contrário, insiste na opacidade do desejo, na ausência de completude e na dignidade do sintoma.

A noção de inconsciente como campo de forças simbólicas foi retomada com ênfase, mostrando que o sujeito não é transparente a si mesmo e que a análise é o lugar privilegiado para o desvelamento do que foi recalcado, rejeitado ou esquecido. A distinção entre gozo e desejo, proposta por Lacan, também foi fundamental para se pensar a experiência clínica e os modos de sofrimento que escapam à racionalidade. O gozo, como excesso, aponta para dimensões da subjetividade que não se reduzem à lógica utilitarista.

A articulação com outras áreas do saber, como a filosofia, a linguística, a sociologia e a arte, reforçou o caráter interdisciplinar da psicanálise e sua capacidade de dialogar com diferentes discursos sem perder sua singularidade epistemológica. A pesquisa também evidenciou os limites e desafios da psicanálise. Foram abordadas as críticas ao caráter universalizante de algumas de suas categorias, os impasses éticos na clínica e a necessidade de uma escuta sensível às transformações históricas e culturais.

Reconhecer esses limites não significa negar a importância da psicanálise, mas sim reafirmar sua vocação crítica e seu compromisso com a singularidade do sujeito. Uma psicanálise viva é aquela que não se fecha em dogmas, mas se reinventa em diálogo com o tempo.

À guisa de exemplo, a leitura de Žižek ensinou a pensar o desejo em sua dimensão política, articulando inconsciente e ideologia. Essa abordagem amplia a atuação da psicanálise para além do setting terapêutico, posicionando-a como ferramenta de análise social.

A obra de Roudinesco contribuiu para historicizar a psicanálise e compreender seus embates internos, suas disputas institucionais e suas relações com o poder. Essa perspectiva é crucial para que a psicanálise não se reduza a um corpo doutrinário fechado.

A retomada do conceito de inconsciente coletivo em Jung, embora divergente da abordagem freudiana, acrescentou uma dimensão simbólica e mítica ao debate, permitindo compreender a psique também como produtora de imagens arquetípicas e narrativas universais.

Ao longo da pesquisa, evitou-se qualquer pretensão de exaustividade. O campo psicanalítico é vasto, e muitos autores e temas ficaram de fora. Ainda assim, buscou-se oferecer uma visão abrangente e coerente, capaz de fundamentar futuras investigações. A complexidade da psicanálise exige uma abordagem que combine rigor e abertura. Rigor para manter a densidade teórica e o compromisso com a tradição; abertura para acolher as transformações sociais e as novas formas de sofrimento psíquico.

Outrossim, a pesquisa reafirmou o valor da escuta clínica como espaço de subjetivação. Em um tempo marcado pela aceleração e pela medicalização da vida, a psicanálise sustenta a pausa, a fala e o desejo como caminhos de criação de sentido. Assim sendo, a pesquisa demonstrou que a psicanálise, ao manter vivo o enigma do sujeito, continua sendo uma das mais potentes ferramentas para compreender o humano em sua dimensão trágica, simbólica e desejante.

Para pesquisas futuras, sugere-se aprofundar o diálogo entre a psicanálise e os estudos de gênero, considerando as críticas feitas ao universalismo edípico e à normatividade heterossexual presentes na teoria clássica. As contribuições de autoras como Judith Butler e Paul B. Preciado podem oferecer novas leituras do desejo, da identidade e da performatividade psíquica.

Outra frente promissora jaz na articulação entre psicanálise e neurociência. Embora essas áreas operem com epistemologias distintas, pesquisas recentes têm explorado a possibilidade de integrar saberes sem reducionismos, abrindo caminhos para uma clínica interdisciplinar que preserve a singularidade do sujeito.

Por final, destaca-se o crescimento dos estudos que aproximam psicanálise e educação, psicanálise e direito, e psicanálise e inteligência artificial. Esses diálogos ampliam os horizontes da teoria e possibilitam a inserção da psicanálise em novos campos, reafirmando seu caráter crítico, criativo e absolutamente necessário no mundo contemporâneo.

REFERÊNCIAS

- ANDRÉ, Serge. *O que quer uma mulher?*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 1996.
- BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- BION, Wilfred. *Aprender com a experiência*. Rio de Janeiro: Imago, 1962.
- BIRMAN, Joel. *Mal-estar na atualidade: a psicanálise e as novas formas de subjetivação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- BLEICHMAR, Silvia. *A fundação do inconsciente: clínica, clínica ampliada e estruturas psíquicas*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1990.
- CAMPOS, G. W. S. *Um método para análise e cogestão de coletivos: o dispositivo grupal*. São Paulo: Hucitec, 2000.
- CORSO, Diana. *A psicanálise na escola: o saber que não se ensina*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2014.
- COSTA, M. V. *Psicanálise e educação: autoritarismo e submissão*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- CHASSEGUET-SMIRGEL, Janine. *A sexualidade feminina: da infância à idade adulta*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1974.
- CHASSEGUET-SMIRGEL, Janine. *A sexualidade feminina: da infância à idade adulta*. 3. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1984.
- DAMÁSIO, Antonio. *O erro de Descartes: emoção, razão e o cérebro humano*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *O anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia*. São Paulo: Editora 34, 1972.
- DEVEREUX, Georges. *Da ansiedade ao método nas ciências do comportamento*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1980.

- DOLTO, Françoise. *A imagem inconsciente do corpo*. São Paulo: Perspectiva, 1985.
- DOTTÍ, N. *A psicanálise e o direito*. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2003.
- DUNKER, Christian Ingo Lenz. *Estrutura e constituição da clínica psicanalítica: uma arqueologia das práticas de cura, psicoterapia e tratamento*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2012.
- DUNKER, Christian Ingo Lenz. *Estrutura e constituição da clínica psicanalítica: uma arqueologia das práticas de cura, psicoterapia e tratamento*. 3. ed. São Paulo: Annablume, 2015.
- DUNKER, Christian Ingo Lenz. *Estrutura e constituição da clínica psicanalítica*. São Paulo: Annablume, 2015.
- ERIKSON, Erik H. *Infância e sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1950.
- ERIKSON, Erik H. *Infância e sociedade*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1963.
- FIGUEIREDO, L. C. *Clínica psicanalítica e saúde mental*. São Paulo: Escuta, 2013.
- FONAGY, Peter; BATEMAN, Anthony. *Psychodynamic psychiatry in clinical practice*. Londres: Routledge, 2008.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1970.
- FREIRE COSTA, Jurandir. *A inocência e o vício: estudos sobre o homoerotismo*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- FREUD, Anna. *O ego e os mecanismos de defesa*. Rio de Janeiro: Imago, 1976.
- FREUD, Sigmund. *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade* (1905). In: FREUD, S. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1974. v. VII.
- FREUD, Sigmund. *A neuropsicose da defesa*. In: FREUD, S. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1974. v. III.
- FREUD, Sigmund. *A interpretação dos sonhos*. Tradução de João Carvalho. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- FREUD, Sigmund. Inibição, sintoma e angústia. In: FREUD, S. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1976. v. XX.

FREUD, Sigmund. *O ego e o id*. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

FREUD, Sigmund; BREUER, Josef. *Estudos sobre a histeria*. Trad. José Octávio de Aguiar Abreu. São Paulo: Imago, 1996.

FREUD, Sigmund. O inconsciente. In: FREUD, S. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1976. v. XIV.

GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e método*. Petrópolis: Vozes, 1999.

GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GRANGER, Gilles-Gaston. *Pensamento formal e ciências do homem*. São Paulo: Edusp, 1992.

GREEN, André. *O discurso vivo: clínica psicanalítica do afeto*. São Paulo: Escuta, 1988.

GREEN, André. *O discurso vivo: clínica psicanalítica do afeto*. 4. ed. São Paulo: Escuta, 2002.

JUNG, Carl Gustav. *O homem e seus símbolos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1964

HAN, Byung-Chul. *Sociedade do cansaço*. Petrópolis: Vozes, 2017.

HARTMANN, Heinz. *Ego Psychology and the Problem of Adaptation*. New York: International Universities Press, 1939.

KAMDEL, Eric R. *Biology and the future of psychoanalysis: a new intellectual framework for psychiatry revisited*. *American Journal of Psychiatry*, v. 156, n. 4, p. 505–524, 1999.

KERNBERG, Otto. *Transtornos graves da personalidade: estratégias psicoterápicas*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1984.

KERNBERG, Otto. *Transtornos graves da personalidade*. Porto Alegre: Artmed, 1995.

KEHL, Maria Rita. *O tempo e o cão: a atualidade das depressões*. São Paulo: Boitempo, 2009.

KLEIN, Melanie. *Amor, culpa e reparação*. 2. ed. Rio de Janeiro: Imago, 1991.

KLEIN, Melanie. *Inveja e gratidão e outros trabalhos*. Rio de Janeiro: Imago, 1991.

- KRISTEVA, Julia. *Poderes da perversão*. Rio de Janeiro: Rocco, 1982.
- KUPFER, M. C. M. *Freud e a educação: o mestre do impossível*. São Paulo: Scipione, 2001.
- LACAN, Jacques. *Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1966.
- LACAN, Jacques. *Escritos*. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- LAPLANCHE, Jean. *Novas fundações para a psicanálise*. São Paulo: Escuta, 1987.
- LAPLANCHE, Jean; LECLAIRE, Serge. *A interpretação do desejo*. São Paulo: Escuta, 1991.
- LAPLANCHE, Jean; PONTALIS, Jean-Bertrand. *Vocabulário da psicanálise*. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1988.
- LAPLANCHE, Jean; PONTALIS, Jean-Bertrand. *Vocabulário da psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- LARROSA, Jorge. *Pedagogia profana: danças, piruetas e mascaradas*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.
- LEGENDRE, Pierre. *O amor do censor: ensaios sobre a ordem dogmática*. Lisboa: Vega, 1992.
- LEITE, M. P. *Desejo, lei e subjetividade*. Campinas: Autores Associados, 2010.
- MANNONI, Maud. *A primeira entrevista com o psicanalista*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- MARCUSE, Herbert. *Eros e civilização: uma interpretação filosófica do pensamento de Freud*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2012.
- MOTA, A. E. *Psicanálise e serviço social: escuta, ética e crítica*. São Paulo: Cortez, 2017.
- ORLANDI, E. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. Campinas: Pontes, 2009.
- POPPER, Karl. *A lógica da pesquisa científica*. São Paulo: Cultrix, 1962.

- POPPER, Karl. *A lógica da pesquisa científica*. 4. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.
- QUINET, Antonio. *A psicanálise e o social*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- REICH, Wilhelm. *Análise do caráter*. São Paulo: Martins Fontes, 1933.
- RICOEUR, Paul. *Freud: uma interpretação da cultura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1965.
- RICOEUR, Paul. *Freud: uma interpretação da cultura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.
- RICOEUR, Paul. *Freud: uma interpretação da cultura*. São Paulo: Loyola, 2002.
- ROTENBERG, M. *Psicanálise e psicose: clínica e instituição*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2009.
- ROUDINESCO, Elisabeth. *O que é a psicanálise?*. São Paulo: Zahar, 2000.
- ROUDINESCO, Elisabeth. *Jacques Lacan: esboço de uma vida, história de um sistema de pensamento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.
- SAFATLE, Vladimir. *O circuito dos afetos: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo*. São Paulo: Cosac Naify, 2015.
- SARTRE, Jean-Paul. *O ser e o nada*. Petrópolis: Vozes, 1943.
- SHEDLER, Jonathan. The efficacy of psychodynamic psychotherapy. *American Psychologist*, v. 65, n. 2, p. 98-109, 2010.
- WINNICOTT, Donald W. *Natureza humana*. Porto Alegre: Artmed, 1990.
- WINNICOTT, Donald W. *O brincar e a realidade*. Rio de Janeiro: Imago, 2000.
- ŽIŽEK, Slavoj. *O sujeito incômodo: o centro ausente da ontologia política*. São Paulo: Boitempo, 1999.

SOBRE O AUTOR

O Prof. Dr. Adelcio Machado dos Santos é filósofo.

Doutor e Pós-Doutor em Engenharia e Gestão do Conhecimento pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Mestre em Relações Internacionais. Bacharel e Licenciado em Filosofia.”

O núcleo temático de estudo envolve as linhas de pesquisa: Desenvolvimento e Sociedade, Estudos Culturais e Filosofia da Interdisciplinaridade.

Ex-Reitor, coordenador de curso, vogal da Comissão Própria de Avaliação (CPA), Núcleos Docentes Estruturante (NDE) e colegiado de curso.

Integrou os Conselhos Estaduais de Educação, Cultura e Desportos em Santa Catarina.

Militou no “staff” da Assembleia Constituinte de Santa Catarina, Assembleia Legislativa de Santa Catarina, Tribunal de Contas de Santa Catarina, Secretaria de Estado da Educação e Secretaria de Estado da Fazenda.

É avaliador científico de projetos, eventos, editoras e periódicos. Consultor do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP), Banco de Avaliadores do Sistema Nacional de Avaliação da Educação (BASIs), Banco Nacional de Itens (BNI), Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina (CEE/SC) e Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC).

É vogal das seguintes instituições: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Estudos de Lazer (ANPEL), Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo (ANPTUR), Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Administração (ANPAD), Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito (CONPEDI), Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPed), Associação Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ANCIB), Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Música (ANPPOM) e Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Artes Cênicas. (ABRACE).

Deu a lume a 65 livros, 165 capítulos de livros e 425 artigos científicos.

PSICANÁLISE

mentores, paradigmas e construtos



www.atenaeditora.com.br



contato@atenaeditora.com.br



[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)



www.facebook.com/atenaeditora.com.br

PSICANÁLISE

mentores, paradigmas e construtos



www.atenaeditora.com.br



contato@atenaeditora.com.br



[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)



www.facebook.com/atenaeditora.com.br